



CAPES

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ministério da Educação – Anexos I e II – 2º andar
Caixa Postal 365
70359-970 – Brasília – DF
Brasil

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2003

**Destinado aos Órgãos de Controle Interno
e ao Tribunal de Contas da União**

**Aprovado pelo Conselho Superior da
CAPES em 31 de agosto de 2004.**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4
3 ATIVIDADES DA ÁREA DE PROGRAMAS	7
3.1 Programa de Bolsas de Estudos no Exterior	7
3.2 Programa de Bolsas de Estudos no País	15
3.2.1 Programa de Demanda Social - DS	16
3.2.2 Programa de Fomento à Pós-Graduação (bolsas) – PROF	18
3.2.3 Programa de Suporte à Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Particular - PROSUP	19
3.2.4 Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica - PICDT	21
3.2.5 Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD	25
3.2.6 Programa de Qualificação Institucional - PQI	26
3.2.7 Programa de Qualificação Docente - PQD	28
3.2.8 Programa de Apoio a Eventos no País - PAEP	29
3.2.9 Programa de Absorção Temporária de Doutores - PRODOC	29
3.2.10 Programas Complementares	33
3.3 Programa de Fomento	33
3.3.1 Programa de Fomento à Pós-Graduação (fomento) – PROF	33
3.3.2 Programa de Apoio à Pós-Graduação - PROAP	35
3.3.3 Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos - PAAP	37
4 ATIVIDADES DA ÁREA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	41
5 ATIVIDADES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO	47
6 ATIVIDADES DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO	48
6.1 Convênios, Acordos, Ajustes	54
6.1.1 Liberações	54
6.1.2 Prestações de Contas	55
6.1.3 Convênios de Receita	56
6.2 Elaboração do Plano Plurianual 2004-2007	56
7 ATIVIDADES DE AUDITORIA	58
7.1 Diligências de Controle Interno e Externo	58
7.2 Processos Administrativos, Tomada de Contas Especial e de Sindicância	59

1 - INTRODUÇÃO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, entidade pública vinculada ao Ministério da Educação – MEC, faz parte do conjunto de órgãos governamentais com atuação direcionada para a promoção da educação, da ciência e tecnologia no Brasil.

Foi criada no dia 11 de julho de 1951, pelo Decreto Nº 29.741 do Presidente Getúlio Vargas, como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Denominada, posteriormente, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, foi transformada em fundação pública por força do art. 1º do Decreto nº 524, de 19 de maio de 1992, com base na Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992.

Esta instituição é responsável pela execução de ações referentes ao Programa de Desenvolvimento de Ensino de Pós-Graduação que integra o Plano Plurianual de Governo – PPA (2000-2003) vinculado ao Ministério da Educação - MEC e ações pertencentes a este programa executadas por outros Ministérios. Estas ações apresentam objetivos e metas em consonância com a política de educação, da ciência e tecnologia, consideradas como essenciais ao progresso educacional, econômico e social do país.

A CAPES teve seu estatuto revisado e aprovado pelo Decreto nº 4.631, de 21 de março de 2.003, sendo confirmada a sua missão de subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação, na coordenação do processo de avaliação dos programas desse nível no País, além de estimular, mediante a concessão de bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de pessoal altamente qualificado para a docência, a pesquisa e o atendimento das demandas dos setores público e privado.

Neste contexto, a CAPES, além de subsidiar o MEC nos assuntos de atribuições específicas, desenvolve um conjunto de programas de fomento e de projetos de apoio à pós-graduação, cujas realizações, no ano de 2003, estão documentadas, resumidamente, no presente relatório.

As informações contidas nas tabelas e gráficos mostram os investimentos absorvidos pelos principais programas e linhas regulares de fomento ao ensino de pós-graduação no Brasil, bem como as ações de avaliação e de administração desenvolvidas por esta instituição.

Este relatório apresenta os principais indicadores físico-financeiros que enfocam as contribuições desta Fundação, não apenas em termos de apoio à expansão e à consolidação dos programas de pós-graduação, mas também, na promoção progressiva da melhoria do padrão de qualidade

requerido por dispositivos constitucionais e demais instrumentos normativos da educação nacional.

A CAPES criou e conduz um dos mais importantes sistemas de avaliação no mundo, além de adotar ações prioritárias para a manutenção do grau de excelência do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPQ brasileiro visando atender às demandas do seguimento da melhor maneira possível, dentro do quadro atual de restrição orçamentária.

Os êxitos obtidos na formação de pessoal de nível superior são consequências de um sistema de avaliação que se aperfeiçoa progressivamente nas diferentes áreas do conhecimento. A geração de conhecimento, analisada por pares de liberdade competência, e a capacidade de inovação constituem-se pontos de referência da qualidade alcançada pelos docentes e discentes dos cursos de pós-graduação. Esta é a base do processo avaliativo direcionado aos programas com vistas ao reconhecimento e à validade nacional dos títulos concedidos.

As ações de fomento da CAPES, acompanhadas por este rigoroso processo de avaliação, respondem pela montagem e pela operação de uma sólida rede de instituições universitárias, com cerca de 1.752 (mil e setecentos e cinquenta e dois) Programas de Pós-Graduação que atendem a um contingente da ordem de 106.000 (cento e seis mil) estudantes.

2 - DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A CAPES é responsável pela execução de ações referentes ao Programa Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação, que tem por objetivo principal capacitar pessoal em quantidade e qualidade para o meio universitário e para a pesquisa científica. Desenvolve suas ações objetivando apoiar os programas de pós-graduação no País, qualificar o pessoal das Instituições de Ensino Superior – IES, internacionalizar e oxigenar a pós-graduação brasileira, desenvolver áreas prioritárias e dar acesso à informação científica ao público demandante.

Para fins de execução de suas atividades as ações da CAPES foram definidas no Plano Plurianual – PPA (2000-2003) onde constam as metas físicas e orçamentárias executadas pela Instituição, em 2003.

A atuação da CAPES, em 2003, deve ser avaliada a partir das ações implementadas em consonância com a programação anual e a respectiva dotação orçamentária aprovada no Orçamento Geral da União. Os recursos destinados a CAPES em 2003 totalizaram R\$ 544.038.860,00 (quinquzentos e quarenta e quatro milhões, trinta e oito mil, oitocentos e sessenta reais), valor que representou um acréscimo de 5,5% em relação a 2002. Além

destes recursos, uma parcela de R\$ 7.875.727,00 (sete milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, setecentos e vinte e sete reais) foi destinada a CAPES por outros órgãos da Administração Pública Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e Embrapa, parceiros para ampliar o Programa de Aquisição de Periódicos – PAAP; Secretaria de Ensino Superior - Sesu, para efetuar o pagamento das bolsas dos tutores do Programa Especial de Treinamento - PET e, ainda foram alocados recursos na fonte 0250 da ordem de R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - Unesco visando à continuidade das atividades do Programa de Apoio a Pesquisa em Educação à Distância - PAPED.

O total da dotação final (Tabela 1), somado com os valores recebidos de convênios (Tabela 2) totalizaram R\$ 551.914.587,00 (quinhentos e cinqüenta e um milhões e novecentos e catorze mil e quinhentos e oitenta e sete reais) o que corresponde à dotação orçamentária global. É importante ressaltar que, em novembro de 2003, esta Fundação recebeu Crédito Suplementar da ordem de R\$ 29.199.977,00 (vinte e nove milhões, cento e noventa e nove mil e novecentos e setenta e sete reais), sendo R\$ 17.882.945,00 para Bolsas de Estudos no País e no Exterior, e R\$ 11.317.032,00 para o Acervo Bibliográfico. No entanto, antes deste crédito, houve um contingenciamento da ordem de R\$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil reais), sendo R\$ 5.300.000,00 do Acervo Bibliográfico e R\$ 1.400.000,00 da Residência Médica. A dotação global acima mencionada inclui ainda, a parcela obtida por crédito suplementar.

As tabelas 1, 2 e 3, apresentadas a seguir, mostram os principais aspectos da dotação e execução orçamentária de 2003. Foram previstos dispêndios com bolsas no valor de R\$ 422.762.330,00 (quatrocentos e vinte de dois milhões, setecentos e sessenta e dois mil e trezentos e trinta reais), suplementados em R\$ 17.882.945,00 (dezessete milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e novecentos e quarenta e cinco reais), para assegurar o necessário equilíbrio dos dispêndios com as bolsas no exterior, as quais sofreram oscilações em função da variação cambial. O montante de bolsas representou 81% (oitenta e um por cento) do orçamento final. Na Ampliação do Acervo Bibliográfico despendeu-se o segundo maior volume de recursos orçamentários, no valor de R\$ 56.017.832,00 (cinquenta e seis milhões, dezessete mil, oitocentos e trinta e dois reais), correspondendo a uma participação de 10,3% (dez vírgula três por cento). As despesas com pessoal e manutenção, incluídos os gastos com pensionistas e inativos, foram da ordem de R\$ 19.250.750,00 (dezenove milhões, duzentos e cinqüenta mil, setecentos e cinqüenta reais), representando 3,5 % do total da despesa estando, portanto, nos padrões normais de gastos desta Fundação.

Comparando a dotação orçamentária final da Tabela 1 com a execução orçamentária da Tabela 3, percebe-se que a CAPES executou nesse exercício 99,2% do seu orçamento total, sendo que não foi possível a

execução de 0,8% restante, devido à não liberação do limite da cota de empenho no percentual correspondente.

TABELA 1
CAPES – Dotação Orçamentária - 2003

(Valores em R\$ 1,00)

TIPO	DOTAÇÃO INICIAL			CRÉDITO SUPLEMENTAR			DOTAÇÃO FINAL		
	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL
Bolsa	422.762.330		422.762.330	17.882.945		17.882.945	440.645.275		440.645.275
Fomento(1)	15.122.512	7.768.742	22.891.254				15.122.512	7.768.742	22.891.254
Ampliação(2) do Acervo Bibliográfico	50.000.000		50.000.000	6.017.032			56.017.032		56.017.032
Avaliação	3.605.000	335.063	3.940.063				3.605.000	335.063	3.940.063
Residência Médica (3)		2.694.486	2.694.486		(1.400.000)	(1.400.000)		1.294.486	1.294.486
Manutenção	4.203.021	2.196.755	6.399.776				4.203.021	2.196.755	6.399.776
Pessoal	10.653.085		10.653.085	1.479.352		1.479.352	12.132.437		12.132.437
Pasep	105.289		1059.289				105.289		105.289
Diversos (4)	532.695	23.232	555.927	57.321		57.321	590.016	23.232	613.248
TOTAL (5)	506.983.932	13.018.278	520.002.210	25.436.650	(1.400.000)	24.036.650	532.420.582	11.618.278	544.038.860

Fonte: Siafi 2003

Obs.:

- (1) Inclui, em outras fontes, R\$ 198.000,00 recebidos da UNESCO;
- (2) Crédito Suplementar representado em seu valor líquido, ou seja, acrescido em R\$ 11.317.032,00 referente à variação cambial, menos R\$5.300.000,00 relativo ao corte efetuado pela Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- (3) Houve crédito de cancelamento orçamentário no valor de R\$ 1.400.000,00. Essa ação se refere aos recursos arrecadados de credenciamento dos cursos superiores e de residência médica, sob responsabilidade da SESu/MEC;
- (4) Inclui: benefícios, capacitação, treinamento, assistência médica e odontológica;
- (5) Não inclui R\$ 7.875.727,00, referentes aos recursos recebidos de terceiros – Tabela 3.

TABELA 2
CAPES – Execução Orçamentária – 2003
Recursos Recebidos de Convênios

PTRES*	ORIGEM	DESTINAÇÃO	RECEBIDO	Descentralizado	Liquidado
54216	EMBRAPA	Acesso ao Portal de Periódicos	876.400,00	876.400,00	
205699	FNDCT	Acesso ao Portal de Periódicos	4.000.000,00	4.000.000,00	
834777	SESu	Bolsa PET	2.599.608,00		2.599.608,00
911356	MCT	Acesso ao Portal de Periódicos	399.719,00	380.803,80	18.915,20
TOTAL			7.875.727,00	5.257.203,80	2.618.523,20

Fonte: Siafi 2003

* PTRES (programa de trabalho resumido)

TABELA 3
CAPES – Execução Orçamentária - 2003

(Valores em R\$ 1,00)

TIPO	CRÉDITO DESCENTRALIZADO (4)			CRÉDITO LIQUIDADO			TOTAL Executado
	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL	
Bolsa	262.124.247,58		262.124.247,58	177.914.283,20		177.914.283,20	440.038.530,78
Fomento(1)	4.193.876,12		4.193.876,12	11.062.988,95	5.125.723,57	16.188.712,52	20.382.588,64
Ampliação do Acervo Bibliográfico	56.017.032,00		56.017.032,00			0,00	56.017.032,00
Avaliação			0,00	3.441.625,00		3.441.625,00	3.441.625,00
Residência Médica		180.000,00	180.000,00		1.111.055,10	1.111.055,10	1.291.055,10
Manutenção			0,00	4.201.987,29	1.618.009,66	5.819.996,95	5.819.996,95
Pessoal	46.713,00		46.713,00	12.085.724,00		12.085.724,00	12.132.437,00
Pasep			0,00	105.288,96		105.288,96	105.288,96
Diversos (2)			0,00	590.016,00	23.231,00	613.247,00	613.247,00
TOTAL (3)	322.381.868,70	180.000,00	322.561.868,70	209.401.913,40	7.878.019,33	217.279.932,73	539.841.801,43

Fonte: Siafi 2003

Obs.:

- (1) Inclui, em outras fontes, R\$ 198.000,00 recebidos da UNESCO;
- (2) Inclui: benefícios, capacitação, treinamento, assistência médica e odontológica;
- (3) Não inclui R\$ 7.875.727,00, referentes aos recursos recebidos de terceiros – Tabela 2.
- (4) Por metodologia, entende-se a descentralização de recursos como execução efetuada.

3 - ATIVIDADES DA ÁREA DE PROGRAMAS

3.1 - Programa de Bolsas de Estudos no Exterior

Durante as primeiras décadas de atuação da CAPES, a concessão de bolsas para a formação pós-graduada no exterior desempenhou um papel de importância histórica. O programa objetivava atender a um requisito essencial para que se pudesse criar no país, a base técnico-científica necessária à implantação da pós-graduação: promover a capacitação de docentes e pesquisadores de alto nível. Sem essa condição, ou seja, sem a existência de lideranças e competências científicas, seria impossível criar internamente novos quadros e multiplicar a massa crítica indispensável à produção e à disseminação do conhecimento científico e tecnológico. Atualmente, tal observância talvez exista em algumas áreas, mas, indiscutivelmente, já se dispõe de razoável capacidade formadora na pós-graduação *stricto sensu* brasileira.

A realidade, hoje, é significativamente distinta e isto impõe ênfases também diferentes. Para tanto, a CAPES tem feito mudanças importantes na configuração e na implementação do Programa de Bolsas no Exterior

visando, sobretudo, imprimir maior adequação às necessidades atuais do Sistema Nacional de Pós-Graduação e de Pesquisa do país.

Os objetivos do Programa de Bolsas no Exterior estão concentrados, presentemente, na concessão de bolsa para as modalidades de Doutorado pleno, Doutorado Sanduíche e Pós-Doutorado. Bolsas estas destinadas aos profissionais vinculados à docência no ensino superior, no intuito de melhor situá-los no acelerado processo de avanço do conhecimento, visando também à consolidação do sistema nacional de Pós-Graduação e Pesquisa. Para tanto, atende às demandas específicas para formar doutores em áreas não consolidadas no país e ainda, tem como objetivo o desenvolvimento de atividades de atualização, cooperação e abertura de novas linhas de pesquisa, sempre inseridas no contexto de atuação do participante do programa.

Em 2003, o Programa de Bolsas buscou atender às demandas de docentes e pesquisadores brasileiros, de forma cada vez mais articulada com as necessidades e metas fixadas pelas programações das universidades e instituições de pesquisa. A concessão de bolsas correspondeu a uma média anual de 1.499, sendo 718 de Doutorado; 426 de Doutorado Sanduíche; 219 de Pós-Doutorado; 18 de Especialização, 3 de Mestrado e, ainda, 115 bolsas para a Graduação Sanduíche.

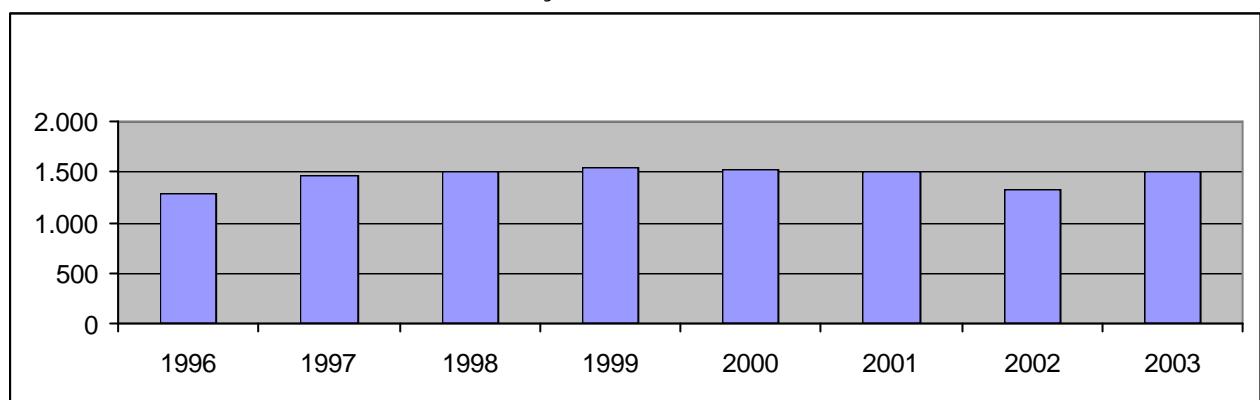
Conforme se pode observar pelos dados da Tabela 4 e pelo Gráfico 1, a seguir, o número total de bolsistas apoiados pela CAPES no exterior manteve-se mais ou menos estável no período de 1996 a 2003, quando se verifica uma elevação em relação aos patamares de anos anteriores, observando-se um declínio, em 2002, causado pela reestruturação de alguns programas.

TABELA 4
BOLSAS NO EXTERIOR – Evolução do Número de Bolsistas 1996/2003

Ano	Total	Doutorado Pleno	Doutorado Sanduíche	Especialização	Graduação Sanduíche	Mestrado	Pós-Doutorado
1996	1.279	943	154	19		48	115
1997	1.456	955	235	52		37	177
1998	1.501	945	252	73	79	18	134
1999	1.553	848	275	71	223	8	128
2000	1.518	761	309	46	262	11	129
2001	1.503	708	356	28	195	19	197
2002	1.362	687	366	54	54	13	188
2003	1.499	718	426	18	115	3	219

Fonte: http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_exterior/bolsistas (Tabela 7– pág. 9)

GRÁFICO 1
BOLSAS NO EXTERIOR – Evolução do Número Médio de Bolsistas 1996/2003



Fonte: http://www.capes.gov.br/servicos/indicadores_e_estatisticas/boletim_estatistico/bolsas_no_exterior/bolsistas (Tabela 7 – pág. 9)

Convém ressaltar o aumento gradativo das bolsas de Doutorado Sanduíche, resultado da política de estímulo à inserção dos pesquisadores brasileiros nos centros internacionais de pesquisa e, ao mesmo tempo, de valorização e aproveitamento da capacidade instalada dos Programas de Pós-Graduação brasileiros, equiparados aos melhores Programas de nível internacional pelo sistema de avaliação da CAPES.

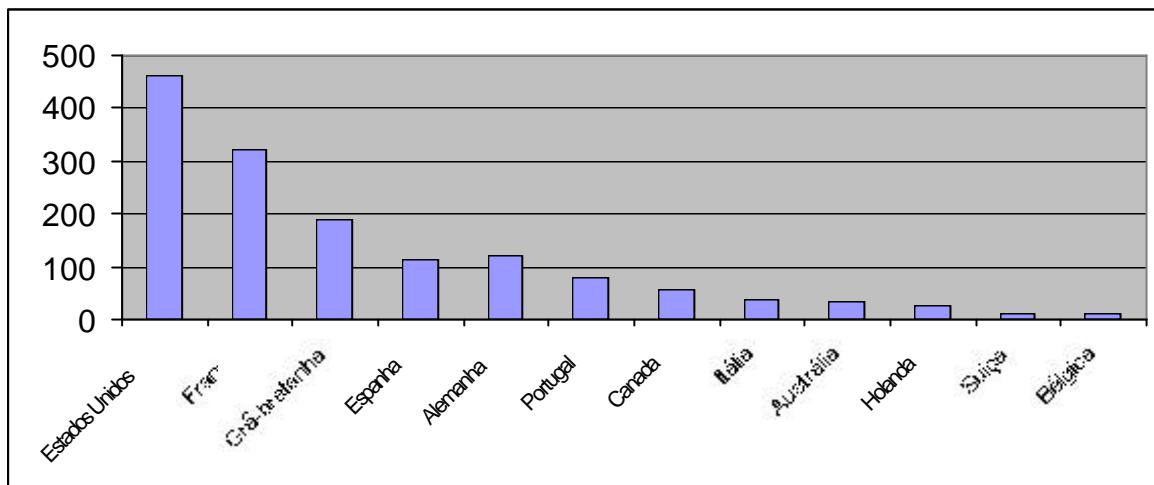
Quanto à distribuição de bolsas pelos diferentes países, em 2003, houve alteração em relação aos fluxos tradicionais. As bolsas foram alocadas por países do seguinte modo: 463 Estados Unidos, 322 França, 190 Inglaterra, 121 Alemanha, 115 Espanha e 79 para Portugal. Estes países lideraram a preferência dos selecionados, ficando Canadá, Itália, Austrália, Holanda, Suíça e Bélgica entre os países que formam um segundo bloco a que se destinam os estudantes brasileiros, conforme demonstram a Tabela 5 e o Gráfico 2.

TABELA 5
BOLSAS NO EXTERIOR – Número médio de Bolsistas no Exterior por País
de Destino de jan/dez 2003

País de Destino	Total	Doutorado	Doutorado Sanduíche	Especialização	Graduação Sanduíche	Mestrado	Pós-Doutorado
ESTADOS UNIDOS	463	211	112	7	55	3	75
FRANÇA	322	136	112	4	16		54
GRÃ-BRETANHA	190	134	37	4			15
ESPAÑHA	115	64	32	1			18
ALEMANHA	121	43	21	1	44		12
PORTUGAL	79	27	40				12
CANADA	57	31	18				8
ITÁLIA	39	11	21				6
AUSTRÁLIA	34	22	6				6
HOLANDA	26	17	7				2
SUIÇA	11	4	6				1
BÉLGICA	9	5	3				1
NOVA ZELÂNDIA	7	5	0				2
ARGENTINA	4	0	2				2
MÉXICO	2	1	0				0
AUSTRIA	4	1					2
SUÉCIA	4	3	1				
IRLANDA	3	1	1				1
DINAMARCA	3	1	2				
FINLÂNDIA	2		1				1
CHILE	1		0				1
JAPÃO	2		2				
NORUEGA	2	1	1				
CUBA	1			1			
MOÇAMBIQUE	1		1				
TOTAL	1.499	718	426	18	115	3	219
PERCENTUAL	100,00	47,89	28,41	1,22	7,69	0,20	14,58

Fonte: http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_exterior/bolsistas (Tabela 8 – pág. 8)

GRÁFICO 2
BOLSAS NO EXTERIOR – Relação dos 12 países com maior concentração de Bolsistas 2003



Fonte: [http://www.capes.gov.br/servicos/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no exterior/bolsistas](http://www.capes.gov.br/servicos/indicadores_e_estatisticas/boletim_estatistico/bolsas_no_exterior/bolsistas) (Tabela 8– pág.8)

A participação de bolsistas, segundo a Região de origem, pode ser visualizada na Tabela 6, observando-se o predomínio das Regiões Sudeste e Sul. A participação da Região Nordeste em 2003 ficou em torno de 13%. Percebe-se que houve um crescimento da participação desta Região em mais ou menos 2,5% em relação ao ano anterior.

Na distribuição da origem dos bolsistas por Unidade da Federação, confirma-se a grande concentração regional da base técnico-científica instalada no País. Cerca de 25% dos bolsistas são oriundos do Estado de São Paulo, e este percentual sobe para 50% na Região Sudeste, somando-se a participação do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o que representa a metade dos bolsistas do programa de bolsa no exterior.

TABELA 6
BOLSAS NO EXTERIOR – Número de Bolsistas no Exterior Segundo a Região de
Origem do Bolsista (média mensal) – 2003

Região	Unidade da Federação	Total	Doutorado	Doutorado Sanduíche	Especialização	Graduação Sanduíche	Mestrado	Pós-Doutorado
	SÃO PAULO	373	119	164	3	10		77
	RIO DE JANEIRO	222	109	61	2	15		34
SUDESTE	MINAS GERAIS	146	75	38	3	17		13
	ESPÍRITO SANTO	9	6	3				
	SUBTOTAL	750	310	266	8	42		124
	RIO GRANDE DO SUL	169	88	60	2	8	2	9
SUL	SANTA CATARINA	73	35	27	1	6		4
	PARANÁ	54	25	12	2	13		2
	SUBTOTAL	296	148	99	5	27	2	15
	PERNAMBUCO	68	43	14		8	1	2
	CEARÁ	34	19	7		7		1
	PARAÍBA	31	22	7	1			1
	BAHIA	27	15	10	1			1
NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	8	3	3	1			1
	ALAGOAS	2		2				
	PIAUÍ	1	1					
	SUBTOTAL	171	103	43	3	15	1	6
CENTRO-OESTE	DISTRITO FEDERAL	48	30	15	1			2
	GOIÁS	7	5	1		1		
	SUBTOTAL	55	35	16	1	1		2
	PARÁ	10	7	2				1
	AMAZONAS	5	2			3		
	RORAIMA	3				3		
NORTE	ACRE	1	1					
	SUBTOTAL	19	10	2		6		1
EXTERIOR	EXTERIOR	206	111		1	24		70
	SUBTOTAL	206	111		1	24		70
NÃO INFORMADA	NÃO INFORMADA	2	1					1
	SUBTOTAL	2	1					1
TOTAL GERAL		1.499	718	426	18	115	3	219

Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no exterior/bolsistas](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_exterior/bolsistas) (Tabela 9– pág. 7)

Obs.: Exterior = alunos brasileiros que já se encontravam no exterior quando da solicitação da bolsa

A CAPES além de conceder bolsas, financia passagens para a apresentação de trabalhos científicos de professores e pesquisadores, com título de doutor, em eventos no exterior, com a finalidade de projetar, consolidar e divulgar as produções científicas, tecnológicas e culturais geradas no país por meio do Programa de Apoio a Eventos no Exterior – PAEX.

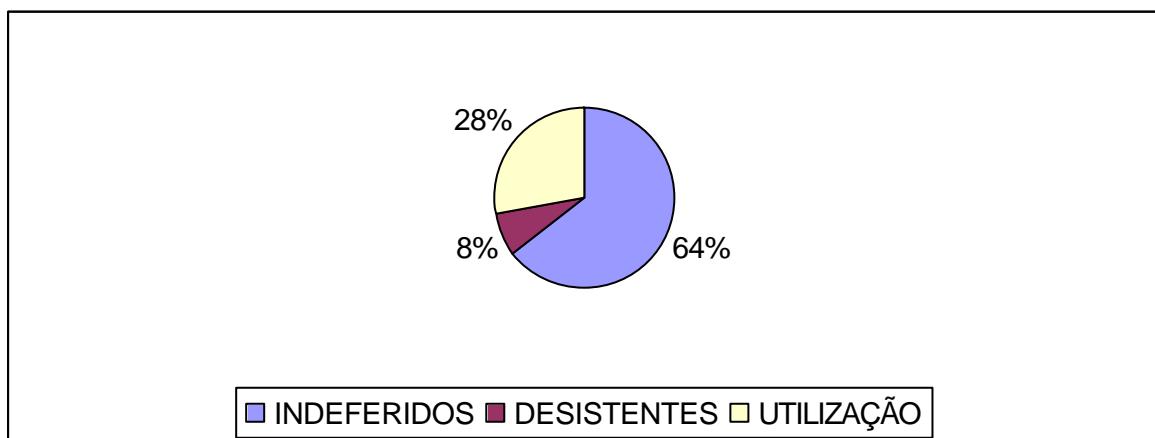
A demanda advinda das várias áreas do conhecimento, em 2003, foi de 1544 solicitações de auxílio para participação em eventos, entre estas, 992 foram indeferidas, e 552 receberam parecer favorável. Dos pleitos favoráveis 122 desistiram e 430 utilizaram o benefício de acordo com as normas do Programa. Conforme demonstra a Tabela 7 e o Gráfico 3.

TABELA 7
PAEX - Utilização de Benefícios 2003

Demanda	Indeferidos	Favoráveis
1544	992	552

Fonte: CGIN (PAEX)

Gráfico 3
PAEX - Utilização de Benefícios 2003



Fonte: CGIN (PAEX)

Sob a ótica operacional, em 2003, a CAPES continuou desenvolvendo o projeto de gerenciamento eletrônico de dados, o que contribuiu significativamente para o seu aprimoramento gerencial. As operações no setor de bolsas no exterior foram agilizadas com o novo sistema eletrônico, quando melhorou a operacionalização das atividades deste setor, especialmente, no que se refere aos processos de candidatura, julgamento e seleção, bem como no suporte ao pagamento e acompanhamento dos bolsistas. Praticamente todos os processos de pleiteantes a bolsa no exterior tiveram seus trâmites gerenciados pelo novo sistema.

Do ponto de vista da gerência dos Programas de Bolsas no Exterior, a CAPES adotou as moedas EURO e Libra para a concessão de bolsa para estudos nos países membros da União Européia e no Reino Unido, em substituição ao Dólar. Esta medida passou a vigorar em novembro de 2003, e significou um reajuste médio da ordem de 16%, objetivando, com isto, solucionar as dificuldades enfrentadas pelos bolsistas, em face das desvalorizações cambiais do dólar frente à valorização do EURO e da Libra, moedas adotadas na Europa e no Reino Unido. Além de facilitar o recebimento dos benefícios pelos bolsistas no exterior, a CAPES iniciou, ainda, negociação com o Banco do Brasil em Nova Iorque para a transferência monetária via *Internet Banking*. Este procedimento proporcionará, maior agilidade nas transferências de recursos para crédito aos bolsistas no exterior, e também possibilitará a redução de custos tanto para a CAPES quanto para os beneficiários.

Ainda com respeito ao Programa de Bolsas no Exterior, cabe mencionar o trabalho de revisão e aperfeiçoamento dos critérios e procedimentos relativos à alocação de bolsistas de doutorado no exterior. Para tanto, a CAPES vem reforçando sua presença junto às instituições estrangeiras, com vistas a uma melhor utilização dos recursos aplicados na forma de bolsas e taxas escolares. Tal estratégia inclui, também, a identificação de parcerias nos locais de destino dos bolsistas, para que estes possam contribuir com seu conhecimento em cada país.

Neste sentido, a CAPES estabeleceu desde 1998 um Projeto Piloto para a alocação de candidatos a bolsas de Doutorado pleno nos EUA em instituições altamente conceituadas, envolvendo o *INTERNATIONAL INSTITUTE OF EDUCATION – IIE* e o *ACADEMIC AND PROFESSIONAL PROGRAMS FOR THE AMERICAS – LASPAU*, visando à redução de custos, através de dispensas parciais ou totais de *tuitions* e *fees*, sem prejuízo da qualidade acadêmica.

Após uma avaliação do desempenho das duas instituições, a CAPES optou pela continuidade do programa sob a supervisão do *IIE*, com o qual estabeleceu, no ano de 2000, uma cooperação formal das ações, numa escala que abrange todos os bolsistas que se dirigem aos Estados Unidos - EUA a cada período de inscrição à bolsa desta Fundação. Nesta cooperação, estão previstos serviços de inscrição, encaminhamento e monitoramento das postulações feitas pelos candidatos em diversas instituições americanas, além de providências para a concessão e renovação, pelo próprio *IIE*, do visto tipo J-1 utilizado pelos bolsistas.

Como consequência, o *IIE* ficou também incumbido de assessorar a CAPES no relacionamento com as instituições americanas, bem como prestar esclarecimentos de questões referentes a valores de taxas escolares, e ainda, proporcionar uma economia com a redução de custos, propiciada pela diminuição, ou até a completa dispensa em alguns casos, de cobrança de taxas escolares para bolsistas novos ou bolsistas em curso.

Quando do encerramento dos processos de bolsas no exterior, os ex-bolsistas são acompanhados pela CAPES, principalmente nos casos em que estes foram beneficiados com bolsas de estudo no exterior e abandonaram seus estudos ou não concluíram em tempo hábil suas atividades, ou ainda que, mesmo tendo concluído, não cumpriram com suas obrigações de retorno e permanência no Brasil. Estes bolsistas são cobrados no sentido de regularizarem suas pendências ou para que ocorra a recuperação dos investimentos feitos, em conformidade com as normas e procedimentos previstos no programa. Este assunto também é tratado no item 7.2 do presente relatório.

O investimento total no exterior, incluindo as despesas com seguros, taxas escolares, passagens e auxílios para elaboração de teses, somou aproximadamente US\$ 29,8 milhões. Deste total, US\$ 22,4 milhões corresponderam ao pagamento de mensalidades aos bolsistas nas diversas modalidades de programas, enquanto o restante, US\$ 7,2 milhões destinaram-se às despesas referentes a auxílio instalação, seguro saúde e taxas escolares. Foi destinado, ainda, cerca de R\$ 11,7 milhões, para a aquisição no País, de passagens aéreas para o deslocamento dos bolsistas.

3.2 – Programa de Bolsas de Estudos no País

O Programa de Bolsas de Estudos no País comprehende a formação e capacitação de pessoal de alto nível necessário ao desenvolvimento nacional. São vários os programas implementados com este enfoque. Caracterizam-se pela conciliação do atendimento à demanda espontânea, com base no mérito, havendo a inclusão, de forma harmônica, dos procedimentos de indução baseados em critérios que buscam uma interação crescente dos anseios individuais e institucionais com as necessidades econômicas e sociais, e estas últimas, materializadas pelas prioridades governamentais e dos setores produtivos, especialmente aquelas dos campos da educação e da saúde, ou dos setores estratégicos definidos pelas políticas de governo.

Além de conceder bolsas no país por meio deste programa, a CAPES, utiliza ainda, mecanismos de apoio a eventos de caráter científico, tecnológico e cultural, organizados por associações e entidades científicas, de Pós-Graduação e de Pesquisa, bem como apóia, por meio de ações específicas, a infra-estrutura dos Programas de Pós-Graduação brasileiros visando melhorar a qualidade daqueles considerados prioritários.

No exercício de 2003, foram concedidos auxílios aos bolsistas de mestrado e de doutorado no país, com a finalidade de subsidiar e incentivar suas atividades de estudo e pesquisa. A CAPES pagou, aos seus bolsistas a importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), em uma única parcela, na modalidade do auxílio acadêmico.

3.2.1 - Programa de Demanda Social - DS

O Programa de Demanda Social constitui-se no maior programa de fomento da CAPES, tendo totalizado, em 2003, um investimento de R\$ 143.727.660,52 (Cento e quarenta e três milhões, setecentos e vinte e sete mil, seiscentos e sessenta reais e cinqüenta e dois centavos), em bolsas de estudo, auxílio-tese e auxílio-acadêmico, sendo R\$ 75.847.208,34 (setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e quatro centavos) para o mestrado, e R\$ 67.780.452,18 (sessenta e sete milhões, setecentos e oitenta mil, quatrocentos e cinqüenta e dois reais e dezoito centavos) para o doutorado. Tal dispêndio correspondeu a 26,6 % (vinte e seis vírgula seis por cento) do orçamento total executado por esta Fundação.

O principal objetivo deste programa é formar pessoas pós-graduadas necessárias ao País, proporcionando aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades. Tais condições ocorrem por meio da concessão de quotas de bolsas de estudo aos Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior, com nota igual ou superior a 3, para que mantenham, em tempo integral, alunos de excelente desempenho acadêmico, mediante seleção rigorosa e competitiva entre os candidatos aos Programas de Pós-Graduação. O processo de concessão de bolsas está vinculado ao sistema de acompanhamento e avaliação realizada pela CAPES. A seleção é realizada pelos Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior escolhidos pelos candidatos.

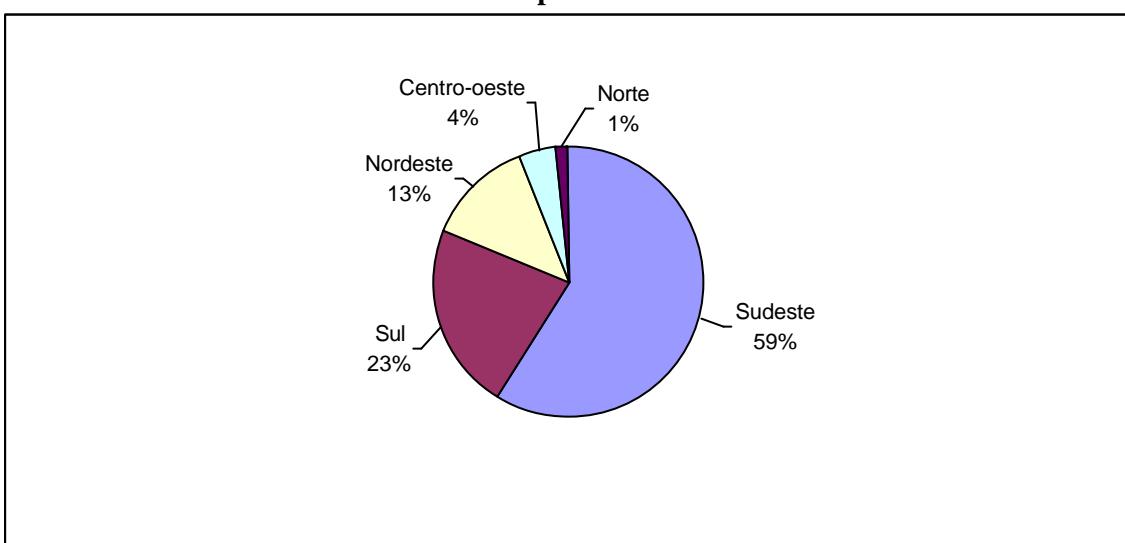
Um aspecto importante a ser ressaltado na gestão desse programa foi a orientação programática, adotada por esta Fundação, no sentido de dar um tratamento diferenciado às ações de fomento, de modo a atender mais adequadamente os diferentes perfis de demandas à pós-graduação. Em consequência, as ações do programa foram subdivididas, merecendo destacar o re-direcionamento de parcelas das ações do Programa de Fomento à Pós-Graduação - PROF para o Programa de Suporte à Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Particulares – PROSUP, com ênfase nas especificidades e nas condições distintas das IES particulares. Assim, parte significativa de recursos do Programa de Demanda Social foi alocada nos novos Programas.

Em 2003, o Programa de Demanda Social implementou, em média 13.278 bolsas, sendo 5.070 de Doutorado e 8.208 de Mestrado. Este Programa com o maior orçamento desta Fundação, vem cumprindo o seu papel histórico, qual seja, o de qualificar a formação de pessoas para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento das necessidades dos setores públicos e privados. Cabe enfatizar que o mesmo está sendo aperfeiçoado a cada ano, por meio de novas políticas e mecanismos que agilizam o seu acompanhamento e operacionalização.

Desta forma, em 2003, os esforços concentraram-se na busca de recursos para o atendimento ao fomento deste Programa. Todavia, a cada ano depara-se com uma preocupante contradição: como apoiar de forma adequada à demanda crescente dos programas de Pós-Graduação e da clientela ávida por formação, considerando-se que os recursos governamentais não acompanham as necessidades de crescimento da pós-graduação brasileira.

GRÁFICO 4

DEMANDA SOCIAL – Distribuição de bolsas segundo as Regiões do país - 2003



Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no país/mensalidades](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades) (Tabela 1– pág. 6)

Conforme mostra o gráfico 4, os dispêndios do Programa estão concentrados na região Sudeste, que recebeu cerca de 59% dos valores. Isto se deveu à concentração dos programas de pós-graduação e ao maior peso da demanda, como também à maior presença de indicadores qualitativos nos estados do Sudeste. A Região Sul alcançou 23%, e a Região Nordeste ficou com 13%, enquanto as Regiões Centro-Oeste e Norte coube apenas com 4% e 1%, respectivamente.

Cabe registrar uma importante iniciativa de cunho pedagógico, tomada no âmbito do Programa Demanda Social. Trata-se do estabelecimento do estágio docente como atividade obrigatória na formação curricular dos bolsistas. Em muitas instituições, esse estágio passou a ser adotado para todos os estudantes de pós-graduação de seus programas, contribuindo de maneira eficaz para a melhoria do ensino de graduação e para a integração entre os diferentes níveis de ensino.

3.2.2 - Programa de Fomento à Pós-Graduação (Bolsas) – PROF

O PROF foi criado em 1998, com a participação inicial de 7 (sete) instituições federais convidadas (UFPA, UFRPE, UFLA, UFV, UNIFESP, UFSC, UFRGS) cujos programas de ensino de pós-graduação eram, anteriormente, apoiados pelo Programa Demanda Social e pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP. A UNB e UFMG ingressaram no programa em 1999 e a UFPR em 2001.

Sua criação visa não apenas obter maior racionalização e efetividade das ações de fomento e apoio da CAPES, como, principalmente, propiciar às universidades participantes maior autonomia e flexibilidade de gestão dos recursos, em consonância com a dinâmica das necessidades e das programações de seus respectivos cursos.

O PROF tem por objetivo promover a prática da autonomia na utilização dos recursos destinados ao financiamento da pós-graduação, que pode ser feita de forma mais flexível e eficiente. As instituições participantes apresentaram, sob convite da CAPES, um planejamento bienal com metas cuja consecução é avaliada para fins de permanência no programa e/ou ampliação dos recursos.

As tabelas 8 e 9 demonstram a distribuição média de bolsas do PROF ao longo do ano de 2003, bem como a participação relativa das áreas de conhecimento.

TABELA 8
PROF - Número Médio de Bolsistas no País por Grande Área do Conhecimento
jan/dez 2003 - Mestrado

Mês/Ano	Total	E & T	Bio	Eng	Saúde	Agr	CSA	Hum	LLA	Multid
jan/03	2.382	242	311	380	212	477	237	322	131	70
fev/03	2.343	240	305	367	211	473	233	314	130	70
mar/03	2.112	216	286	307	204	456	222	266	96	59
abr/03	2.223	221	316	338	205	466	230	281	106	60
mai/03	2.502	258	342	384	236	504	241	327	143	67
jun/03	2.547	262	342	391	242	504	257	333	143	73
jul/03	2.537	262	342	372	245	505	256	335	144	76
ago/03	2.543	260	336	388	250	504	254	332	143	76
set/03	2.571	263	341	393	250	503	258	340	145	78
out/03	2.635	272	344	402	256	515	268	347	149	82
nov/03	2.634	272	348	402	252	515	268	349	148	80
dez/03	2.645	272	353	403	249	516	272	351	149	80
Média	2.473	253	331	377	234	495	250	325	136	73
Percentual	100,00	10,24	13,37	15,26	9,48	20,01	10,10	13,13	5,48	2,94

Fonte: http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades (Tabela 2– pág.5)

TABELA 09
PROF - Número Médio de Bolsistas no País por Grande Área do Conhecimento
jan/dez 2003 - Doutorado

Mês/Ano	Total	E & T	Bio	Eng	Saúde	Agr	CSA	Hum	LLA	Multid
jan/03	964	117	171	138	66	237	51	95	50	39
fev/03	951	115	170	137	67	234	47	95	49	37
mar/03	1.013	116	194	134	70	261	53	96	49	40
abr/03	1.049	124	208	137	72	260	56	103	49	40
mai/03	1.092	130	215	133	82	268	58	110	50	46
jun/03	1.105	135	214	133	83	271	58	112	52	47
jul/03	1.086	134	212	133	79	268	56	107	53	44
ago/03	1.090	136	209	134	79	274	55	107	54	42
set/03	1.100	136	212	135	82	270	56	112	53	44
out/03	1.110	136	216	137	82	269	56	113	56	45
nov/03	1.118	136	216	142	86	269	54	113	57	45
dez/03	1.123	136	219	141	87	269	54	113	59	45
Média	1.067	129	205	136	78	263	55	106	53	43
Percentual	100,00	12,12	19,19	12,76	7,30	24,61	5,11	9,97	4,93	4,02

Fonte: http://www.capes.gov.br/servicos/indicadores_e_estatisticas/boletim_estatistico/bolsas_no_pais/
 mensalidades (Tabela 2– pág.5)

Legenda:

E&T: Ciências Exatas e da Terra

CSA: Ciências Sociais Aplicadas

Bio: Ciências Biológicas

Hum: Ciências Humanas

Eng: Engenharia

LLA: Lingüística, Letras e Artes

Saúde: Ciências da Saúde

Multid: Multidisciplinar

Agr: Ciências Agrárias

Em 2003, foram utilizadas, em média, 3.540 bolsas, sendo 2.473 de mestrado e 1067 de doutorado, como demonstram as Tabelas 10 e 11. Foram concedidos, ainda, recursos de bolsas no valor de R\$ 34.177.005,98 (trinta e quatro milhões, cento e setenta e sete mil, cinco reais e noventa e oito centavos).

Uma das características marcantes do aspecto financeiro do PROF é a possibilidade de flexibilizar os recursos diante das necessidades e dificuldades enfrentadas por cada IES, cabendo relembrar, que neste ano, manteve-se a limitação de 70% da utilização anual em custeio de bolsas. Quanto ao valor total destinado a este Programa, neste exercício, veja no item 3.3.1 deste relatório.

3.2.3 - Programa de Suporte à Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Particulares - PROSUP

As Instituições de Ensino Superior Particulares, que ministram Programas de Pós-Graduação com apoio da CAPES no âmbito do Programa Demanda Social - DS, foram convidadas em 2000, a participar de um novo programa, formulado especialmente para atender às suas especificidades,

bem como propiciar maior flexibilidade às políticas de financiamento de infra-estrutura e de manutenção, além do apoio aos estudantes bolsistas.

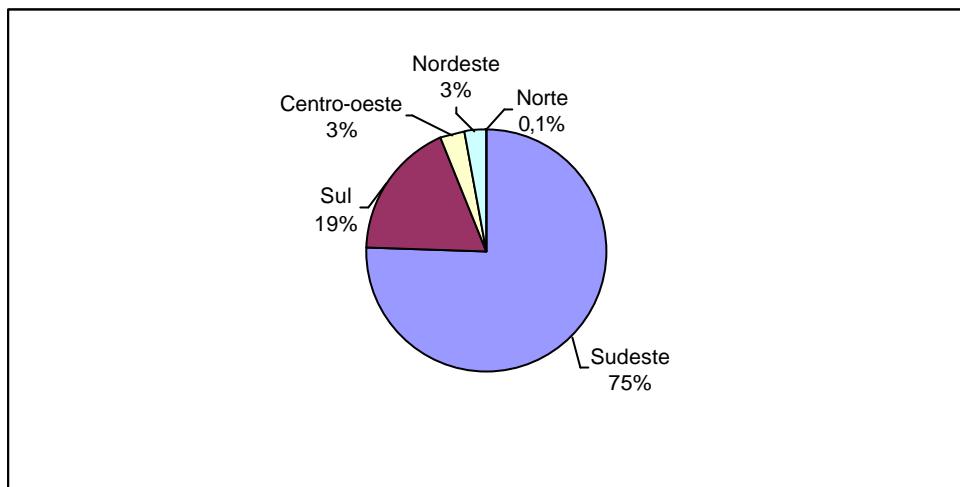
O PROSUP tem por característica a concessão de apoio, que pode envolver tanto o pagamento das mensalidades de manutenção do aluno, como o pagamento das taxas escolares (Modalidade 1), ou apenas o pagamento das taxas escolares (Modalidade 2). Com esta alternativa, no processo de financiamento, a CAPES pôde subsidiar os estudantes que, por não poderem receber a mensalidade de manutenção, também não tinham suas taxas escolares pagas por esta Fundação, bem como atender a um número maior de beneficiários, pois ao escolher a modalidade 2, com os mesmos recursos, atende-se ao dobro de bolsistas.

TABELA 10
PROSUP - Número Médio de Bolsistas no País jan/dez 2003

Mês/Ano	<i>Mestrado</i>		<i>Doutorado</i>		Valor Total (R\$ mil)
	Nº Bolsistas	Valor (R\$ mil)	Nº Bolsistas	Valor (R\$ mil)	
jan/03	2.433	1.249.500,00	819	417.550,00	1.667.050,00
fev/03	2.281	1.171.250,00	800	407.650,00	1.578.900,00
mar/03	2.661	1.368.800,00	977	499.600,00	1.868.400,00
abr/03	2.396	1.232.900,00	874	446.400,00	1.679.300,00
mai/03	2.383	1.226.150,00	876	447.350,00	1.673.500,00
jun/03	2.465	1.269.450,00	892	455.600,00	1.725.050,00
jul/03	2.480	1.277.300,00	892	455.550,00	1.732.850,00
ago/03	2.472	1.273.150,00	906	462.650,00	1.735.800,00
set/03	2.494	1.284.700,00	917	468.100,00	1.752.800,00
out/03	2.381	1.226.600,00	887	452.500,00	1.679.100,00
nov/03	2.417	1.245.400,00	891	454.500,00	1.699.900,00
dez/03	2.410	1.241.850,00	891	454.600,00	1.696.450,00
Acumulado:		15.067.050,00		5.422.050,00	20.489.100,00
Média	2.439,4	1.255.587,50	885,2	451.837,50	1.707.425,00

Fonte: http://www.capes.gov.br/servicos/indicadores_e_estatisticas/boletim_estatistico/bolsas_no_pais/mensalidades (Tabela 1– pág. 2)

GRÁFICO 5
**PROSUP - Distribuição de bolsistas segundo as regiões
do país em 2003**



Fonte: http://www.CAPES.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades (Tabela 1– pág. 2)

Em 2003, a CAPES manteve uma média mensal de 3.324 bolsistas, sendo 2.439 de mestrado e 885 de doutorado nos programas de pós-graduação *stricto sensu* de instituições de ensino superior particular, referendados pela avaliação da CAPES. O dispêndio médio anual foi de R\$ 20.489.100,00 (vinte milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e cem reais) incluindo a duas modalidades de bolsa, assim distribuídos: Região Sudeste 75%, Sul 19% e aproximadamente 6,1% para o Nordeste, Norte e o Centro-Oeste. A tabela 10 e o gráfico 5 acima ilustram os dados apresentados.

3.2.4 - Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica – PICDT

O Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica – PICDT constituiu-se num tradicional instrumento de fomento da CAPES e vem desempenhando um papel de mais alta importância para o fortalecimento do sistema brasileiro de pós-graduação.

No ano de 2001, a CAPES, entretanto, avaliou a execução deste programa, e decidiu pela correção de algumas situações desfavoráveis em sua operacionalização; tais como: o predomínio da decisão individual na capacitação docente; a ausência de uma aferição das necessidades e carências segundo as áreas e instituições; a idade média elevada dos beneficiários e a falta de sintonia com as transformações do sistema nacional de pós-graduação.

Neste sentido, os estudos e as discussões realizadas pelos técnicos, pelas instâncias colegiadas e pelos segmentos representativos da comunidade acadêmica, acabaram por conduzir a CAPES ao entendimento da necessidade de substituição progressiva do PICDT pelo Programa de Qualificação Institucional – PQI, capaz de incorporar e sustentar as mudanças apontadas.

Em 2002, foi implementado o PQI, objetivando apoiar missões de estudo e de trabalho voltadas à formação de docentes de Instituições Públicas de Ensino Superior, vinculados a projetos de pesquisa e cursos de pós-graduação entre equipes de diferentes regiões do País, ou de diferentes Instituições ou ainda, de cidades de uma mesma região. Neste mesmo ano, foi extinto o PICDT sendo que sua última distribuição de quotas de bolsa ocorreu no 1º semestre. Com a sua extinção, em 2.003, foram financiadas bolsas de mestrado e doutorado, calculadas considerando apenas a manutenção dos bolsistas ativos, conforme demonstrado na Tabela 11.

TABELA 11
PICDT – Número Médio de Bolsistas no País – jan/dez 2003

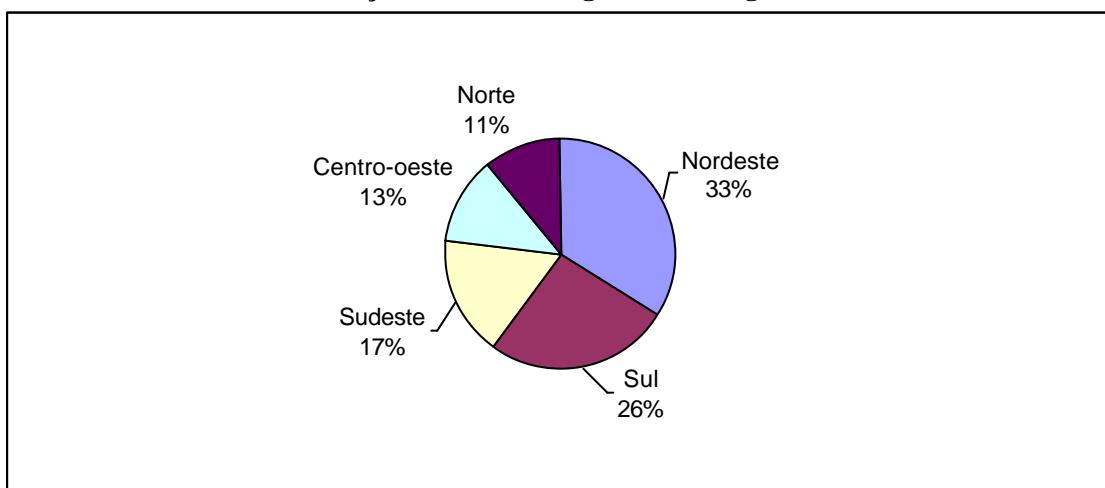
Mês	Mestrado	Doutorado	Total
janeiro	170	2.532	2.702
fevereiro	168	2.488	2.656
março	121	2.046	2.167
abril	118	1.980	2.098
maio	122	1.949	2.071
junho	120	1.932	2.052
julho	119	1.896	2.015
agosto	112	1.857	1.969
setembro	98	1.748	1.846
outubro	94	1.730	1.824
novembro	91	1.703	1.794
dezembro	88	1.677	1.765
Média	118,4	1.961,50	2.080

Fonte: http://www.capes.gov.br/servicos/indicadores_e_estatisticas/boletim_estatistico/bolsas_no_pais/mensalidades (Tabela 1– pág. 5)

Analisando esta Tabela observa-se que, em 2003, o PICDT, concedeu para as IES públicas, em média, 2.080 bolsas, sendo 1.961 de doutorado, 118 de mestrado. O total de investimentos no PICDT, ao agregarem-se os recursos destinados ao pagamento de bolsas, auxílios (instalação, tese e retorno) e taxas escolares, foi da ordem de R\$ 37.772.117,80 (trinta e sete milhões, setecentos e setenta e dois mil, cento e dezessete reais e oitenta centavos), o que representa um decréscimo de investimento em relação a 2001, cujo montante foi de R\$ 50.028.399,48 (cinquenta milhões, vinte e oito mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos), confirmado uma tendência de queda.

Nota-se ainda que a CAPES vem realizando, no âmbito desse Programa, um forte esforço para concretizar a política de desconcentração e de redução das disparidades regionais. É o que se pode comprovar pelos percentuais de destinação de suas aplicações que não seguem as tendências concentradoras apresentadas pelo PIB ou pela distribuição da capacidade instalada de ensino e pesquisa (Gráfico 6). Verifica-se que a Região Nordeste lidera com 33%, seguida pela Região Sul com 26% e a Região Sudeste com 17%. As Regiões Centro-Oeste e Norte participam com um percentual em torno de 13% e 11%, respectivamente.

GRÁFICO 6
PICDT – Distribuição de Bolsas Segundo as Regiões do País - 2003



Fonte: http://www.capes.gov.br/servicos/indicadores_e_estatisticas/boletim_estatistico/bolsas_no_pais/mensalidades (Tabela 1A– pág. 34 a 43)

Observa-se pelos dados da Tabela 12 e do Gráfico 7, que a concentração de alunos e de investimentos não estão nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Os Estados do Pará, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Paraíba, Bahia, Mato Grosso, Ceará e Mato Grosso do Sul, lideram a busca de uma participação mais destacada no cenário científico nacional. Espera-se que com a reformulação do PICDT o enfoque institucional/regional seja diferenciado, sem deixar de considerar os critérios do mérito.

TABELA 12
PICDT – Número de bolsistas (médias mensais), segundo as Unidades da Federação – 2003

Unidades da Federação	Mestrado			Doutorado			Valor Total	
	Nº bolsistas	(%)	Valor (R\$ Mil)	Nº bolsistas	(%)	Valor (R\$ Mil)	(%)	(R\$ Mil)
PARANÁ	11	8,10	7,79	299	15,23	316,30	14,83	324,09
MINAS GERAIS	13	9,60	9,30	207	10,52	221,07	10,54	230,37
RIO GRANDE DO SUL	8	6,15	5,92	180	9,15	192,67	9,09	198,59
BAHIA	8	6,23	6,04	132	6,71	141,17	6,74	147,21
PARAÍBA	6	4,80	4,65	131	6,66	140,19	6,63	144,84
MATO GROSSO	8	6,23	6,04	100	5,10	107,38	5,19	113,42
PARÁ	16	12,00	1,16	104	5,32	111,94	5,21	113,10
CEARÁ	5	3,45	3,32	82	4,16	87,53	4,16	90,85
RIO GRANDE DO NORTE	1	0,90	0,85	78	3,97	83,60	3,86	84,44
RIO DE JANEIRO	3	2,25	2,17	71	3,59	75,54	3,56	77,72
GOIÁS	8	6,00	5,80	65	3,29	69,20	3,43	75,00
MATO GROSSO DO SUL	0	0,00	0	64	3,25	68,49	3,13	68,49
PERNAMBUCO	6	4,28	4,11	58	2,95	62,05	3,03	66,15
MARANHÃO	6	4,20	4,05	57	2,89	60,80	2,97	64,84
PIAUÍ	2	1,35	1,33	57	2,91	61,24	2,86	62,57
AMAZONAS	3	2,25	2,17	50	2,56	54,00	2,57	56,18
SANTA CATARINA	4	3,00	2,90	41	2,11	44,44	2,17	47,33
ALAGOAS	3	2,10	2,05	40	2,04	43,01	2,06	45,06
ESPÍRITO SANTO	7	5,48	5,25	34	1,75	36,75	1,92	42,00
SERGIPE	3	1,88	1,81	31	1,57	33,08	1,57	34,89
ACRE	2	1,28	1,24	20	1,04	21,90	1,04	23,15
RORAIMA	4	3,00	2,90	17	0,88	18,51	0,98	21,41
DISTRITO FEDERAL	0	0	0	16	0,82	17,26	0,79	17,26
TOCANTINS	1	0,60	0,60	13	0,64	13,50	0,65	14,10
SÃO PAULO	4	2,85	2,78	10	0,50	10,55	0,61	13,33
RONDÔNIA	3	2,03	1,93	7	0,34	7,15	0,42	9,08
AMAPÁ	0	0	0	1	0,05	1,07	0,01	1,07
TOTAL:	135	100,00	86,14	1.965	100,00	2.100,39	100	2.186,53

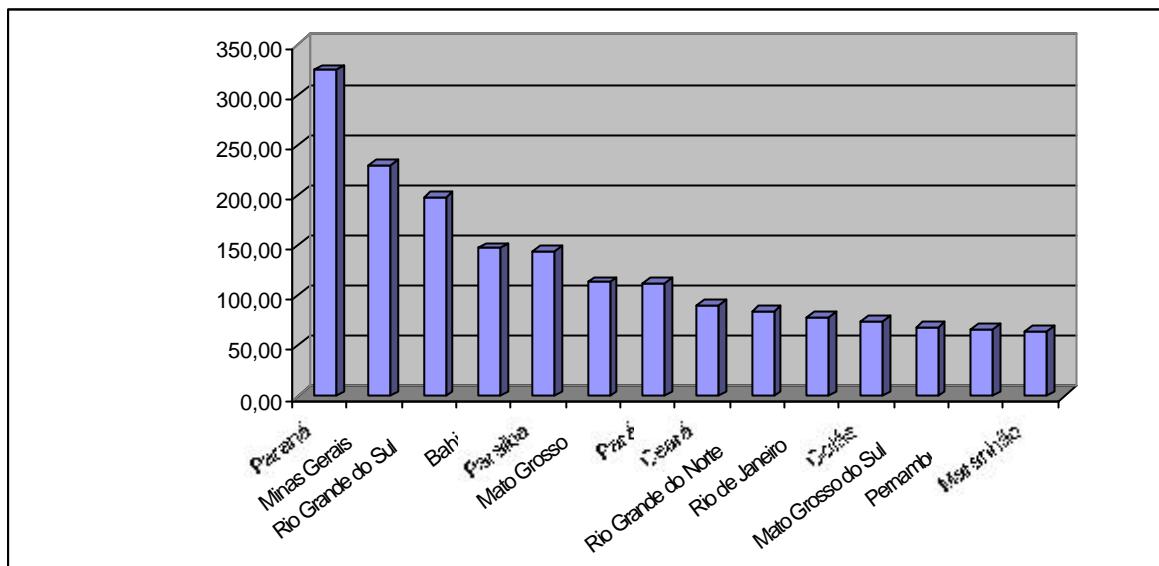
Fonte: http://www.capes.gov.br/servicos/indicadores_e_estatisticas/boletim_estatistico

/bolsas no país/mensalidades (Tabela 4 – pág.7 e 8)

Obs: Sem taxas escolares.

GRÁFICO 7

PICDT – Valores pagos (Médias Mensais em R\$), segundo as Unidades da Federação -2003



Fonte: http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades
(Tabela 4 – pág.7 e 8)

3.2.5 - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD

O Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD - visa à capacitação de pessoal de alto nível, vinculado a projetos conjuntos de pesquisa de média duração, nas diversas áreas do conhecimento. O PROCAD apóia equipes de diversas Instituições brasileiras que promovam a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores, assim como de estudantes de pós-graduação. Objetiva, também, incentivar a produção de conhecimento científico e tecnológico expresso na forma de publicações, congressos, patentes, entre outras, e a aplicação sócio-econômica dos conhecimentos desenvolvidos.

A ação do PROCAD é criar redes de cooperação utilizando os recursos de pessoal e de infra-estrutura disponíveis no País, de modo a promover o equilíbrio regional, a expansão e a qualificação do sistema de pós-graduação, e consequentemente, dos demais níveis de ensino.

O Programa iniciou-se em 2000 com a aprovação de 33 projetos; em 2001 mais 86 projetos e em 2002 foi aprovado o projeto da Rede Brasileira de Cooperação e Pesquisa em Tuberculose.

Em 2003, concluiu-se a avaliação da execução dos dois primeiros anos do Programa, conforme previsto em Edital. Foram avaliados 60 projetos do PROCAD 2001 do Tipo I.

As visitas realizadas aos projetos pela CAPES, confirmaram a importância do Programa para a Pós-Graduação brasileira, verificada nos depoimentos de docentes e discentes envolvidos nos projetos visitados e na constatação de que o fomento oferecido pelo PROCAD facilitou o desenvolvimento da pesquisa. Ressalte-se ainda, como resultado aferido, a positiva interação entre as equipes, demonstrando um intenso intercâmbio científico entre as diversas Instituições de Ensino Superior do País.

Em 2003 foram destinados R\$ 5.695.308,71(cinco milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e oito reais e setenta e um centavos) para os projetos aprovados no âmbito do PROCAD.

3.2.6 – Programa de Qualificação Institucional - PQI

O Programa tem por objetivo promover o desenvolvimento institucional das IES públicas através da formação de docentes e excepcionalmente de técnicos, preferencialmente em nível de doutorado, no contexto de projetos, consubstanciados em ações de cooperação externa. Esses projetos de cooperação, necessariamente sustentados por projetos conjuntos de pesquisa, devem demonstrar o esforço institucional em subsidiar mudanças na metodologia de ensino, na pesquisa e nos cursos de pós-graduação das IES contempladas.

A característica principal do PQI é estabelecer cooperação acadêmico-científica, fundamentada em projetos de pesquisa, cujas ações de cooperação, quer sejam por meio das missões de estudo, quer sejam através das missões de trabalho, visam não apenas à titulação dos docentes e técnicos em nível de mestrado e ou de doutorado, mas também estimular a elaboração e implementação de estratégias de melhorias do ensino e da pesquisa nas IES.

Em 2003, foram implementados projetos de cooperação por meio dos quais foram concedidas 2.566 bolsas, sendo 144 de mestrado, 2.414 de doutorado e 8 de professor visitante, beneficiando 51 instituições públicas.

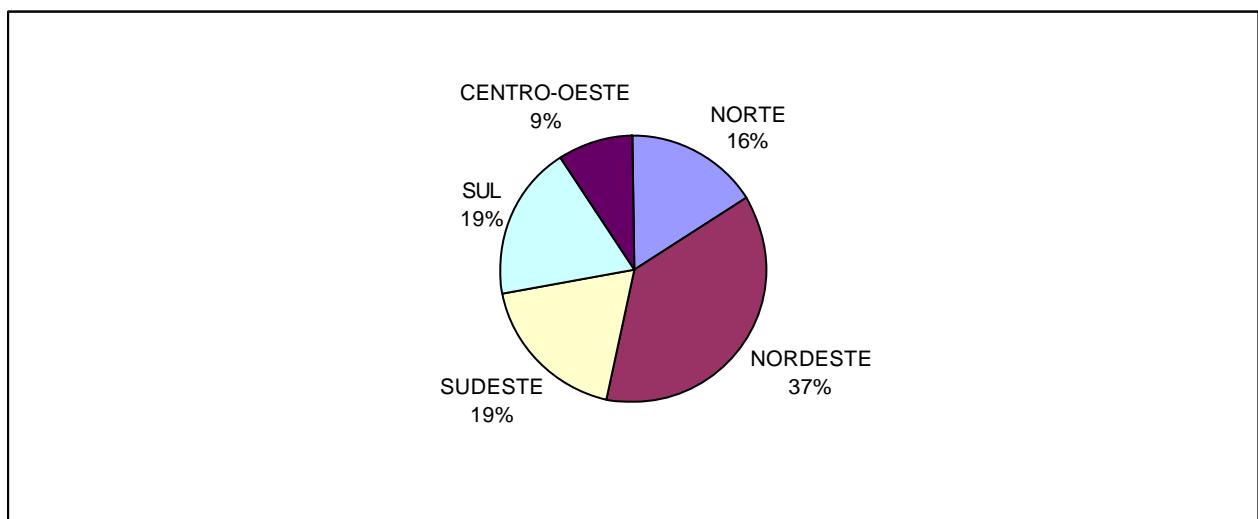
Observa-se nas Tabelas 13 e 14, e nos Gráficos 8 e 9 que a Região Nordeste lidera em quantidade de bolsas e de recursos disponibilizados, seguida pela Região Sul e pela Região Sudeste que receberam praticamente o mesmo número de bolsas e o mesmo valor financeiro. Verifica-se ainda, que a Região Norte superou a Centro-Oeste em 176 bolsas, o que se pode depreender pelos números, que a distribuição de bolsas neste Programa, pelas suas características, procurou, de certa forma, atender à Região que mais necessita de estímulo para se desenvolver.

TABELA 13
PQI – Número de Bolsas Utilizadas por Região -2003

REGIÃO	CONCESSÃO DE BOLSA			TOTAL
	ME	DO	PPV	
NORTE	18	396	0	414
NORDESTE	46	905	0	951
SUDESTE	50	423	8	481
SUL	22	460	0	482
CENTRO-OESTE	8	230	0	238
TOTAL	144	2414	8	2566

Fonte: Relatório de Atividade da Coordenação de Desenvolvimento Institucional – CDI - 2003

GRÁFICO 8
PQI – Número de Bolsas Utilizadas por Região - 2003



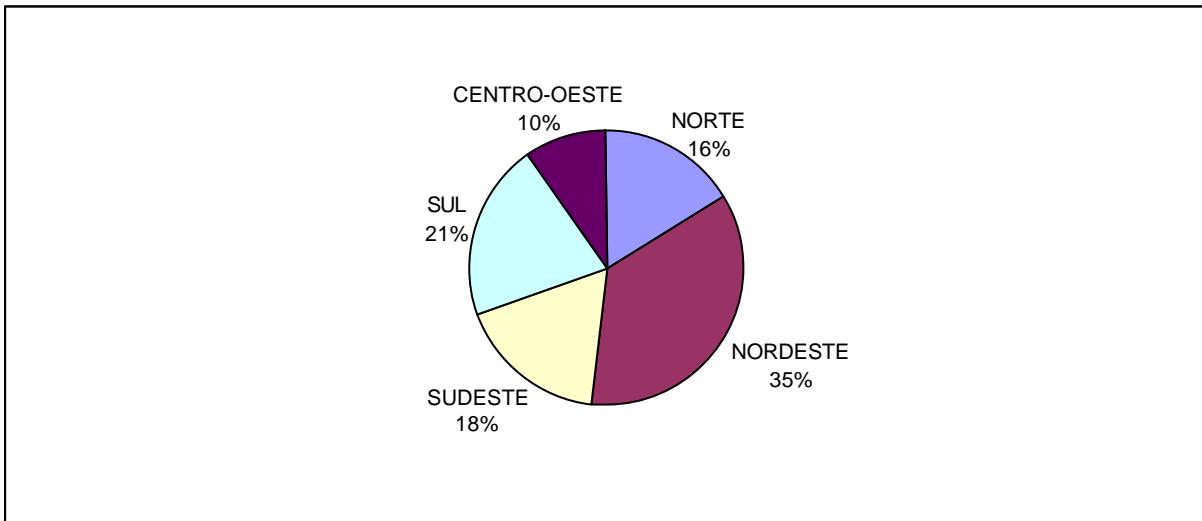
Fonte: Relatório de Atividade da Coordenação de Desenvolvimento Institucional – CDI - 2003

TABELA 14
PQI - Recursos Utilizados por Região - 2003

REGIÃO	BOLSAS				AUXÍLIOS			CUSTEIO	TOTAL GERAL
	ME	DO	PPV	TOTAL	ME	DO	TOTAL		
NORTE	13.041,36	424.864,44	0,00	437.905,80	1.200,00	15.200,00	16.400,00	399.521,97	853.827,77
NORDESTE	33.327,92	970.965,45	0,00	1.004.293,37	2.400,00	50.000,00	52.400,00	779.382,29	1.836.075,66
SUDESTE	36.226,00	453.832,47	17.748,48	507.806,95	1.200,00	19.200,00	20.400,00	396.391,83	924.598,78
SUL	15.939,44	493.529,40	0,00	509.468,84	800,00	23.200,00	24.000,00	546.193,87	1.079.662,71
CENTRO-OESTE	5.796,16	246.764,70	0,00	252.560,86	400,00	16.400,00	16.800,00	243.891,12	513.251,98
TOTAL	104.330,88	2.589.956,46	17.748,48	2.712.035,82	6.000,00	124.000,00	130.000,00	2.365.381,08	5.207.416,90

Fonte: Relatório de Atividade da Coordenação de Desenvolvimento Institucional – CDI - 2003

GRÁFICO 9
PQI - Recursos Utilizados por Região - 2003



Fonte: Relatório de Atividade da Coordenação de Desenvolvimento Institucional – CDI – 2003

O total de recursos gastos no PQI, em 2003, foi de R\$ 5.207.416,90 (cinco milhões, duzentos e sete mil, quatrocentos e dezesseis reais e noventa centavos). Vale destacar a maciça aplicação dos recursos em bolsas na modalidade de Doutorado, o que vem ao encontro dos objetivos estabelecidos por este programa, que é, preferencialmente, voltado para a qualificação de doutores vinculados ao quadro docente das instituições públicas brasileiras.

3.2.7 - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE - PQD

O Programa de Qualificação Docente - PQD teve início, como experiência piloto, no 2º semestre de 1998, com o apoio inicial a nove IES, todas participantes do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUG. Somou-se a estas, em 2000, mais uma IES do Estado do Rio Grande do Sul; onze instituições participantes da Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE e duas do Estado de São Paulo.

O apoio dado para as IES consistiu na concessão de até 20% sobre o investimento realizado por essas instituições na capacitação do seu corpo docente.

Em 2002, o PQD manteve o apoio as IES beneficiárias no ano anterior, com exceção da Universidade do Sagrado Coração - USC.

Em 2003, o desembolso foi de R\$ 2.586.596,40 (Dois milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, quinhentos e noventa e seis reais e quarenta centavos), para a Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE.

Não houve novas concessões e o Programa está desativado aguardando possíveis reformulações.

3.2.8 – Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP

O PAEP foi implementado nos anos 1990, e continua a representar um efetivo instrumento de apoio da CAPES para a promoção de eventos científicos, tecnológicos e culturais, atendendo a uma demanda historicamente crescente das instituições de ensino superior, associações e sociedades científicas.

Os tipos de apoio concedidos pela CAPES, no âmbito do PAEP são: passagens aéreas nacionais e internacionais para conferencistas e/ou palestrantes convidados e outras despesas inerentes aos eventos.

Em 2003, dos 502 projetos recebidos, o programa apoiou 423. O atendimento das demandas ocorreu na forma de concessão de passagens, sendo 838 nacionais e 349 internacionais, cujo valor totalizou R\$ 2.325.885,42 (dois milhões, trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). Os recursos de custeio foram liberados sob a forma de convênios ou Saux, no valor de R\$ 2.084.888,08 (dois milhões, oitenta e quatro mil, e oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos). Perfezendo um total concedido de R\$ 4.410.773,50 (quatro milhões, quatrocentos e dez mil, setecentos e setenta e três reais e cinqüenta centavos).

3.2.9 – Programa de Absorção Temporária de Doutores – PRODOC

O Programa de Absorção Temporária de Doutores - PRODOC, atende a demanda dos meios acadêmicos, tanto do setor público quanto do setor privado.

De um lado, a Pós-Graduação brasileira forma hoje mais de oito mil doutores por ano, atendendo a uma demanda de qualificação do corpo docente e técnico não só das Instituições de Ensino Superior, mas também à demanda dos Estados e de Empresas para a composição de seus quadros. Por outro lado, cerca de 60% desses doutores ainda não possuem vínculo empregatício e encontram dificuldades em serem assimilados pelo mercado de trabalho.

As dificuldades para a absorção dos recém-doutores têm natureza diversa. Uma delas, sem dúvida, é ocasionada pelo número insuficiente de vagas para docentes nas Instituições de Ensino Superior, sobretudo nas instituições públicas que, nos últimos anos, sofreram contingenciamentos. Uma outra dificuldade observada para a absorção desses novos doutores, é a ausência de postos de trabalho compatíveis no mercado não acadêmico, uma vez que o investimento em pesquisa sobre inovação tecnológica, ainda não foi devidamente percebido por parte das empresas brasileiras.

Sem perspectivas de mudança dessa situação estrutural em curto prazo, as IES continuam sendo o lugar mais propício para onde esses profissionais são induzidos a irem. Esta foi à alternativa vislumbrada pela CAPES ao propor este Programa.

A CAPES quer assegurar que o programa tenha sucesso não apenas em seu propósito, mas, também, que ele seja um fator positivo para a melhoria dos programas de pós-graduação. Neste sentido, há um esforço de acompanhamento e avaliação do desempenho desses jovens doutores, enquanto docentes e pesquisadores, visando sua integração permanente ao sistema nacional de Pós-Graduação.

Como já é do conhecimento público, a CAPES estabeleceu um cronograma para o atendimento das grandes áreas do conhecimento:

- a) nos anos pares: Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências Agrárias;
- b) nos anos ímpares: Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Letras, Lingüística e Artes e Multidisciplinar¹.

O Programa oferece bolsas no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, pagos diretamente ao candidato selecionado, destinado à sua manutenção, com duração máxima de quatro anos. A bolsa inclui, também, recursos para custeio das atividades previstas no projeto, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) anuais, repassados ao Programa de Pós-Graduação, destinados ao pagamento exclusivo de despesas de atividades previstas no projeto em desenvolvimento.

Em 2003, o PRODOC distribuiu 316 bolsas para as Instituições de Ensino Superior participantes do mesmo. Analisando esta distribuição por região, observa-se a liderança da Região Sudeste, absorvendo 51,27% do total de bolsas utilizadas neste ano, seguida pelas Regiões Sul com 22,47%, Nordeste 16,77%, Centro-Oeste (7,28%) e Norte (2,22%), conforme Tabela 15 e Gráfico 10, localizados na página seguinte.

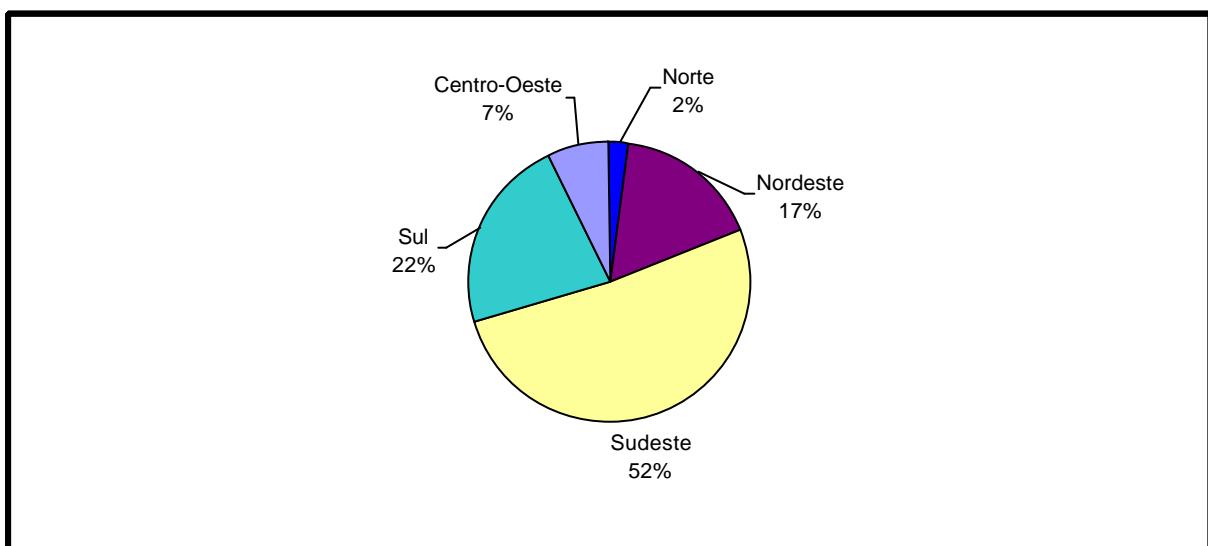
¹ No PRODOC 2003, o Ensino de Ciências e Matemática foi inserido como uma nova área

TABELA 15
PRODOC - Número de bolsistas no país por Região – 2003

REGIÃO	BOLSISTAS	%
NORTE	7	2,22
NORDESTE	53	16,77
SUDESTE	162	51,27
SUL	71	22,47
CENTRO-OESTE	23	7,28
TOTAL	316	100

Fonte: Relatório de Atividade da Coordenação de Desenvolvimento Institucional – CDI – 2003

GRÁFICO 10
PRODOC - Número de bolsistas no país por região – 2003



Fonte: Relatório de Atividade da Coordenação de Desenvolvimento Institucional – CDI – 2003

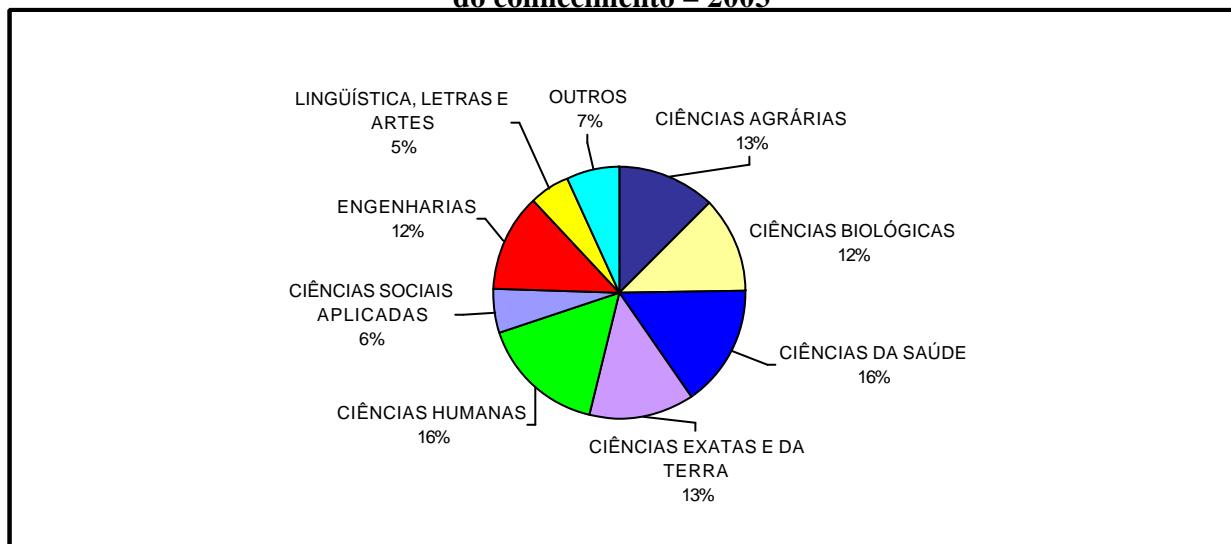
Observando a Tabela 16 e o Gráfico 11, por Grande Área do Conhecimento, localizados na página seguinte, verifica-se que se destacam três grandes áreas: 16,14% das bolsas para a área de Ciências Humanas, 15,51% para Ciências da Saúde e 13,29% para Ciências Exatas e da Terra.

TABELA 16
PRODOC – Número de bolsistas no país, por grande área do conhecimento – 2003

ÁREA	BOLSISTAS	%
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	40	12,66
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	38	12,03
CIÊNCIAS DA SAÚDE	49	15,51
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	42	13,29
CIÊNCIAS HUMANAS	51	16,14
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	19	6,01
ENGENHARIAS	39	12,34
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	17	5,38
OUTROS	21	6,65
TOTAL	316	100

Fonte: Relatório de Atividade da Coordenação de Desenvolvimento Institucional – CDI – 2003

GRÁFICO 11
PRODOC – Número de bolsistas no país, por grande área do conhecimento – 2003



Fonte: Relatório de Atividade da Coordenação de Desenvolvimento Institucional – CDI – 2003

Durante a sua execução, em 2003, esse Programa foi questionado pelo órgão da Procuradoria Geral Federal na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e pelo órgão jurídico da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, uma vez que supostamente estaria sendo violado o princípio do concurso universal e a cominação de tarefas de pessoas estranhas ao quadro de pessoal das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, caracterizando uma relação de emprego dissimulada que poderia ensejar demandas na Justiça laboral, ao final da concessão das bolsas de estudo.

Neste sentido, a Procuradoria Jurídica da CAPES exarou parecer alertando para a necessidade de haver adequações nesse Programa, alinhando seus termos com o de Programa análogo do CNPq, e evitando o risco de interpretações de que o Programa permite atuação em atividades que não sejam típicas da condição de bolsistas. Enquanto tais adequações não fossem implementadas, a CAPES cessaria a absorção de novos bolsistas. O que de imediato foi acolhido.

3.2.10 - Programas Complementares

Além dos programas de fomento já relatados, a CAPES implementou outros, de menor porte e de caráter complementar, visando acionar mecanismos apropriados para suprir carências no atendimento às necessidades regionais, ou às peculiaridades institucionais identificadas pelo processo sistemático e contínuo da avaliação dos programas de Pós-Graduação.

Os Programas complementares são os seguintes: Programa de Apoio à Infra-Estrutura; Mestrado Interinstitucional – MINTER; Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais - SAN TIAGO DANTAS; RH – Metrologia; Programa de Apoio à Avaliação Educacional – PROAV; Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP; Programa de Apoio à Educação a Distância – PAPED; Projeto de Criação do Centro de Ensino e Pesquisa em Meio Ambiente – CEPEMA; Programa de Doutorado em Bioinformática e Microeletrônica – BIOMICRO; Programa de Apoio a Projetos Regionais: Projeto Regional – PCOPG; Programa Nacional em Nanotecnologia; Novo Programa de Formação do Quadro Profissional do CEBRAP; Programa Bolsa Prêmio para Afrodescendentes – Vocaçao para a Diplomacia; Programa de Apoio a Projetos Especiais – PAPE; entre outros.

3.3 - PROGRAMAS DE FOMENTO

3.3.1 - Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF

O Programa de Fomento à Pós-Graduação-PROF surgiu em 1998, e desde a sua criação, constitui um marco para a pós-graduação brasileira pelo seu caráter inovador na administração e gerenciamento de recursos, além de propiciar um envolvimento institucional na busca da qualidade do ensino e na formação de pessoal de nível superior.

O PROF tem por objetivo a formação de pessoal mediante incentivo financeiro que venha subsidiar ações institucionais previamente definidas em um projeto de planejamento institucional.

Ao longo desses anos, o Programa passou por mudanças que levaram a uma política diferenciada na gestão e distribuição dos recursos, realizada de acordo com o diagnóstico da pós-graduação e com as metas traçadas, política esta resultado do envolvimento de toda a comunidade acadêmica.

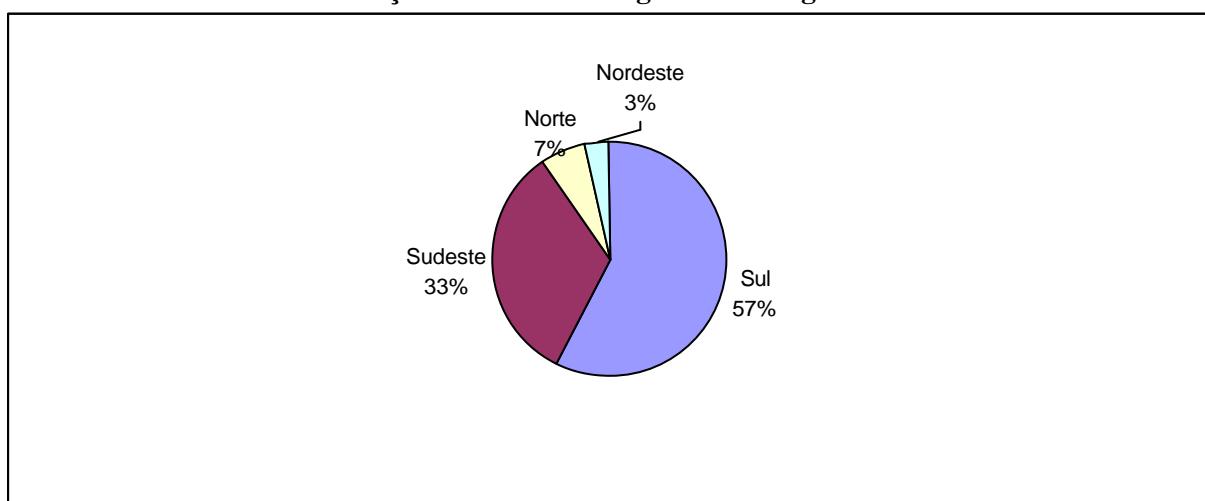
Para integrar o PROF, a instituição deve apresentar projeto de planejamento institucional, a ser implementado no período de dois anos, e instituir Comissão de Planejamento e Gerência - CPG/PROF, responsável pela administração e gerenciamento do Programa na IES e pela elaboração de um projeto coerente com as necessidades da pós-graduação.

Os itens financiados pelo programa são: recursos para pagamento de bolsas de estudo, custeio das atividades de pós-graduação e de capital. Os recursos de capital são restritos devido à sua baixa disponibilidade no orçamento.

Considerando a localização regional das IES participantes, 90 % da distribuição dos bolsistas ficaram nas regiões Sudeste e Sul, e 10% nas Regiões Norte e Nordeste, conforme demonstra o Gráfico 13.

Atualmente, está sendo feita a análise dos relatórios de execução do planejamento institucional da primeira fase do biênio para UFRPE, UFV e UFRGS, e relatório do término do biênio para UFPA, UFSC, UFPR e UFMG.

GRÁFICO 12
PROF - Distribuição de Bolsistas Segundo as Regiões do País - 2003



Fonte:Relatório de Atividades/2003 - Coordenação de Desenvolvimento Setorial – CDS - CAPES

A concessão de recursos para as IES em 2003, foi implementada em março, contemplando 7 Instituições Federais, com um montante de recursos de R\$ 51.441.294,75 (cinquenta e um milhões quatrocentos e quarenta e um mil, duzentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos), sendo R\$ 34.177.005,98 (trinta e quatro milhões, cento e setenta e sete mil, reais e noventa e oito centavos) para bolsa e R\$

14.652.288,73 (quatorze milhões, seiscentos e cinqüenta e dois mil, duzentos e oitenta e oito reais e setenta e três centavos) para custeio, além de R\$ 2.612.000,00 (dois milhões, seiscentos e doze mil reais) de capital. As IES que completaram o biênio, - UFRGS, UFV e UFRPE -, tiveram 5% de acréscimo no valor total de custeio do convênio, uma vez que a CAPES considerou satisfatório o seu desempenho. As demais, que ainda se encontram dentro do biênio 2003/2004, - UFMG, UFSC, UFPR e UPPA -, obtiveram a concessão 2003 idêntica ao ano anterior.

3.3.2 - Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP

O PROAP concede recursos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e de formação dos programas de pós-graduação de instituições públicas, com nota igual ou superior a 3, que participam do Programa de Demanda Social.

Sua regulamentação, para o exercício de 2002, está contida na Portaria CAPES Nº 10, de 27 de março de 2002, que em seu art. 1º estabelece como objetivos, proporcionar melhores condições para a formação de pessoal de nível superior, a produção e o aperfeiçoamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior Públicas - IES, observados os seguintes aspectos:

I - apoio às atividades inovadoras dos programas de pós-graduação, voltadas para o seu desenvolvimento acadêmico, de modo a oferecer formação cada vez mais qualificada e diversificada aos estudantes de pós-graduação;

II - utilização dos recursos disponíveis para a titulação de mestres e doutores em número capaz de atender às principais necessidades da demanda nacional e em tempo adequado;

III - acesso aos recursos direcionados ao custeio das atividades acadêmicas e de pesquisa dos programas de pós-graduação, relacionadas aos estudos de dissertação e tese dos estudantes de pós-graduação, e à manutenção e desenvolvimento desses programas;

IV - apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de planejamento, definição e execução da política institucional de pós-graduação e a articulação da participação da IES no PROAP.

O Programa apóia o custeio das atividades acadêmicas e de pesquisa especialmente no que concerne à realização dos trabalhos de dissertação e de tese pelos estudantes bolsistas da CAPES. Durante o ano de 2003, apoiou 1.117 programas de pós-graduação de 75 instituições, aplicando R\$ 56.497.118,60 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, cento e dezoito reais e sessenta centavos).

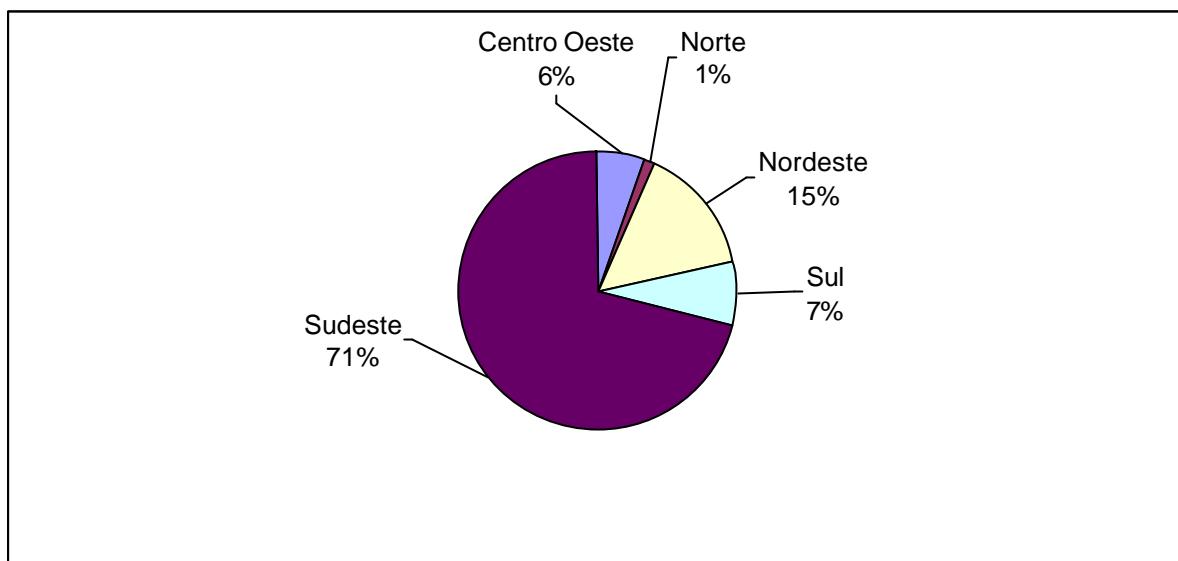
TABELA 17
PROAP – Valores pagos, segundo região do País – 2003

Unidades da Federação	Valor (R\$ Mil)	(%)
SÃO PAULO	24.548,99	48,25
RIO DE JANEIRO	8.796,35	17,29
MINAS GERAIS	2.208,71	4,34
PERNAMBUCO	1.934,08	3,80
DISTRITO FEDERAL	1.892,71	3,72
SANTA CATARINA	1.784,75	3,51
RIO GRANDE DO SUL	1.719,21	3,38
BAHIA	1.494,44	2,94
PARAÍBA	1.315,69	2,59
CEARÁ	1.264,08	2,48
RIO GRANDE DO NORTE	1.063,33	2,09
GOIÁS	546,79	1,07
ESPÍRITO SANTO	485,34	0,95
MATO GROSSO DO SUL	297,06	0,58
PARANÁ	284,99	0,56
PARÁ	283,74	0,56
ALAGOAS	265,28	0,52
MARANHÃO	202,68	0,40
AMAZONAS	145,29	0,29
MATO GROSSO	138,88	0,27
PIAUÍ	95,79	0,19
SERGIPE	62,33	0,12
RONDÔNIA	44,92	0,09
TOTAL:	50.875,43	100

Fonte: http://www.capes.gov.br/servicos/indicadores_e_estatisticas/boletim_estatistico/Apoio_a_PG/mensalidades (Tabela 4 – pág. 6)

Observa-se pelos dados constantes da Tabela 17 e do Gráfico 13, uma elevada concentração de investimentos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde se encontra o maior número de programas de pós-graduação *stricto sensu* e de pós-graduandos. A Região Sudeste ficou com 71% dos investimentos, a Região Nordeste com 15% e as Regiões Centro-Oeste, Sul e Norte ficaram com 14%.

GRÁFICO 13
PROAP – Valores Pagos Segundo as Regiões do País 2003



Fonte: [http://www.capes.gov.br/servicos/indicadores_e_estatisticas/boletim_estatistico/Apoio_a_PG/mensalidades_\(Tabela_4-pag._6\).htm](http://www.capes.gov.br/servicos/indicadores_e_estatisticas/boletim_estatistico/Apoio_a_PG/mensalidades_(Tabela_4-pag._6).htm)

3.3.3 - Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos - PAAP

O Programa foi criado pela CAPES em 1994 e assumiu, em anos recentes, um papel da maior relevância, para assegurar o acesso à produção científica e tecnológica internacional pela comunidade acadêmica brasileira, envolvida nas atividades de pós-graduação e de pesquisa de alto nível. De fato, a qualidade da produção brasileira científica, tecnológica, cultural e artística depende, fundamentalmente, das possibilidades de acesso a periódicos indexados com maior abrangência, atualização e rapidez possíveis.

Todavia, apesar dos expressivos investimentos realizados nos últimos anos, todo o esforço deparava-se com grandes dificuldades para propiciar um atendimento pleno e satisfatório às necessidades peculiares das IES, seja por estar voltado unicamente para a aquisição de periódicos impressos, seja em decorrência da adoção de processos centralizados de licitação e aquisição, ou ainda, em virtude da redução das disponibilidades orçamentárias, como ocorreu em 1998.

No ano de 2001, a CAPES deu continuidade às transformações iniciadas em 1999, quando a aplicação dos recursos já fora inteiramente descentralizada. O grande impacto alcançado pela nova configuração do PAAP decorre, justamente, da transição entre o modelo inicial, baseado na compra de revistas em papel, para o modelo do futuro, inteiramente assentado na informação eletrônica, com a criação do PORTAL www.periodicos.capes.gov.br. Os objetivos do programa são:

- promover o acesso das instituições de ensino superior e pesquisa à informação científica e tecnológica internacional e nacional;
- apoiar o desenvolvimento da pós-graduação nacional, contribuindo para a manutenção dos acervos de periódicos/revistas internacionais das bibliotecas dessas instituições;
- incentivar o desenvolvimento de políticas institucionais próprias para o acesso à informação científica e tecnológica;
- incentivar o desenvolvimento de programas interinstitucionais de aquisição planificada e cooperativa, em bases regionais e temáticas, visando reduzir duplicações de títulos e aumentar o número de publicações disponíveis no País; e
- promover a integração com outros programas cooperativos nacionais e internacionais, visando ampliar e facilitar o acesso aos serviços de informação no País.

Ainda em 2002, foi constituído o Conselho Consultivo do PAAP, composto pelos seguintes membros: presidente da CAPES, dois representantes de instituições federais de ensino superior, um representante das unidades de pesquisa com pós-graduação, um representante das instituições públicas não federais de ensino superior com pós-graduação, um representante das instituições privadas de ensino superior, o presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias – CBBU – e um representante de outros programas cooperativos desenvolvidos no País, na área de informação científica e tecnológica.

O PAAP adquiriu, junto às editoras internacionais, o direito de acesso eletrônico ao conteúdo de periódicos e bases de referências bibliográficas e viabiliza tal acesso, via Internet, para os membros de instituições de ensino e pesquisa. Os textos completos foram adquiridos junto às editoras *Academic Press, Elsevier, Ovid, e I3E, Gale, PsycInfo & PsycArticle, Blackwell e American Chemical Society* e as bases referenciais junto à *Web of Science* e *Derwent Innovation Index* (patentes) do ISI, além das bases temáticas da Editora *Silverplatter*.

Apesar da regulamentação do Portal de Periódicos, assim como suas normas de uso terem sido publicadas somente em julho de 2001, o seu funcionamento teve início em novembro de 2000. A partir dessa regulamentação são elegíveis para acesso às publicações eletrônicas do Portal as instituições federais de ensino superior, as instituições de pesquisa com pós-graduação avaliada pela CAPES, as instituições de ensino superior públicas, estaduais e municipais, com programas de pós-graduação e, as instituições privadas de ensino superior, com pelo menos um doutorado com avaliação 5 (cinco), ou superior avaliados pela CAPES.

A CAPES instituiu um Grupo de Trabalho para avaliação do uso do Portal de Periódicos pela comunidade científica, visando subsidiar a indicação para substituição das publicações de texto completo que não atingiam a média mínima de 30 (trinta) consultas mensais de cada título disponível, conforme levantamento disponibilizado pelos próprios editores,

apontar as áreas que necessitam reforço na aquisição de títulos, recomendando ainda a publicação dos levantamentos efetuados e, incluindo os custos: médio por artigo baixado no Portal, do acesso através do COMUT e do quanto é cobrado pelos editores para quem não tem acesso autorizado.

O Grupo de Trabalho para Avaliação do Portal de Periódicos foi composto pelo representante da CAPES e pelos representantes das seguintes instituições: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP; Universidade Católica de Brasília – UCB; Universidade de Brasília – UnB; Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde – BIREME.

Com o objetivo de implantar ações para o aprimoramento e ampliação deste importante programa, foi instituída a Comissão de Negociação do Portal, visando acompanhar o processo de renegociação dos contratos junto aos fornecedores e editores, com a redução dos custos e a ampliação do número de bases assinadas e, consequente expansão do número de usuários.

Ao final do processo, o Portal de periódicos alcançou uma economia de 23% (vinte e três por cento) dos valores em dólares, sem que houvesse perda de conteúdo e, aumentou o número de Instituições Participantes de 98 (noventa e oito) para 100 (cem) instituições de ensino superior, além da inclusão da comunidade de pesquisadores de 37 Centros de Pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e de 29 (vinte e nove) Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs.

A Comissão de Negociação do Portal foi composta pelos seguintes representantes de órgãos do governo e da comunidade científica: Presidente da CAPES; Secretário-Executivo do MEC; Diretora de Programas da CAPES; Diretor da BIREME; Chefe do Departamento de Neurobiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretor da FINEP; Chefe de Gabinete do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Coordenador-Geral de - Cooperação Internacional da CAPES; Coordenadora de Acesso à Informação Científica e Tecnológica; Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina e Presidente do FOPROP; Representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Membro do Conselho Superior da CAPES e Representante da Universidade Federal de Pernambuco.

Em Outubro de 2003, foi celebrado um Convênio entre a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e a CAPES, tendo por objetivo a transferência de recursos financeiros para o plano de desenvolvimento da infra-estrutura institucional de pesquisa intitulado “Portal de Periódicos da CAPES”, no valor de R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais), tendo como fonte recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -

FNDCT. A vigência do Convênio e a execução física e financeira do projeto foram programadas por até 06 (seis) meses, a partir da data da sua assinatura. O convênio visa também disponibilizar o acesso ao Portal de Periódicos a todos os CEFETs (e não apenas aos que possuem bacharelado), arcar com 50% (cinquenta por cento) do custo do acesso da EMBRAPA e, a inclusão da base de dados *Springer-Verlag*, com aproximadamente 700 títulos novos para todas as instituições participantes do Portal.

Foi celebrado em novembro de 2003, Convênio entre a CAPES e a EMBRAPA objetivando o acesso ao Portal de Periódicos. O custo de inclusão desta instituição foi da ordem de US\$ 560,000.00 (quinhentos e sessenta mil dólares americanos), sendo 50% de sua responsabilidade e, 50% pagos pela FINEP.

A partir de abril de 2003, o Ministério da Ciência e Tecnologia passou a acessar o Portal mediante pagamento, conforme Convênio celebrado com a CAPES para este fim. Em Dezembro de 2003, foi formalizado o Termo Aditivo de renovação do Convênio para o acesso às bases de dados eletrônicas de publicações científicas disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, para o período de janeiro de 2004 a dezembro de 2006. Anualmente deverão ser firmados Termos Aditivos, para a descentralização dos recursos a serem repassados a CAPES.

Atualmente, são 97 as instituições participantes do programa com acesso ao Portal, às quais estão incluídas nas seguintes categorias:

- instituições federais de ensino superior;
- instituições de pesquisa com pós-graduação avaliada pela CAPES;
- instituições de ensino superior estaduais e municipal com pós-graduação avaliada pela CAPES; e
- instituições privadas de ensino superior com pelo menos um doutorado, avaliadas pela CAPES com conceito igual ou superior a 5.

O impacto desta iniciativa vem sendo excelente para a pesquisa e para a pós-graduação brasileira, considerada a dimensão do que é oferecido (mais de 3.000 periódicos científicos foram adquiridos a partir de 1995, chegando em 2002 com cerca de 9.078 títulos adquiridos) e o volume de acessos efetuados (em 2001, atingiram mais de três milhões; e em 2002, chegaram a mais de sete milhões).

Em 2003, foram disponibilizados no Portal quase 10 mil periódicos, sendo 3,7 mil em texto completo. Foram ainda, realizados quase 8 milhões de transferências de artigos de textos completos e quase 7 milhões de consultas a periódicos.

Os dados disponíveis no Banco de Teses são fornecidos, pelos programas de pós-graduação das universidades e instituições de pesquisa brasileiras que são avaliados pela CAPES, através do aplicativo Coleta.

Inicialmente foram disponibilizados 125.000 resumos de teses/dissertações no período de 1987 a 2001, e hoje temos disponíveis 185.000 resumos.

O sistema disponibiliza uma ferramenta de busca que permite realizar a pesquisa por autor, título, palavra chave, ano, instituição e nível (mestrado/doutorado). Para obter as teses/dissertações na íntegra, o usuário deverá entrar em contato com a biblioteca depositária. Foi implantado no Banco de Teses, em parceria com a Coordenação Geral de Informática, o sistema de atualização pelo autor e/ou Secretaria do Programa de Pós-graduação.

Em síntese, este programa constitui-se em extraordinário instrumento de superação de desigualdades regionais, uma vez que o acesso rápido e atualizado a um mesmo acervo é disponibilizado para todas as Instituições de Ensino Superior - IES participantes, independentemente de sua localização, tamanho e nível de desenvolvimento.

4 - ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Simultaneamente ao desenvolvimento do Programa de Bolsas no Exterior, a CAPES manteve as atividades de intercâmbio e cooperação internacional, que constituem importantes instrumentos para a ampliação da competência científico-tecnológica do país.

O Programa Estudante Convênio – PEC/PG é uma ação muito relevante, que visa à implementação dos acordos de cooperação internacional, especialmente com os países da América Latina e da África de língua portuguesa. O programa manteve, em 2003, uma média mensal de 42,9 bolsas de mestrado e 69,9 bolsas de doutorado, correspondendo a uma aplicação anual estimada em R\$ 1.273,22 (Um milhão, duzentos e setenta e três mil reais e vinte dois centavos). As principais regiões contempladas com recursos foram: Sudeste 55%; Sul 33%; Nordeste, Centro-Oeste e Norte totalizaram 12%.

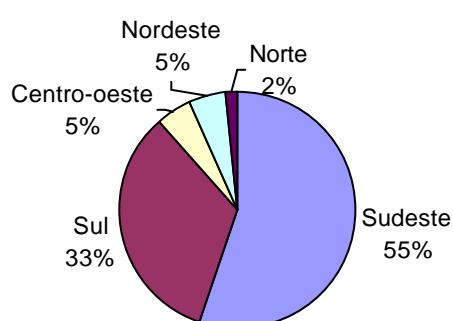
A Tabela 18 e o Gráfico 14 ilustram os dados apresentados:

TABELA 18
PEC/PG - Número Médio de Bolsistas no País e Valores
Pagos – jan/dez 2003

Mês/Ano	<i>Mestrado</i>		<i>Doutorado</i>		Valor Total (R\$ mil)
	Nº Bolsistas	Valor (R\$ mil)	Nº Bolsistas	Valor (R\$ mil)	
jan/03	51	36,95	71	76,17	113,12
fev/03	50	36,23	71	76,17	112,40
mar/03	39	28,26	74	79,39	107,65
abr/03	43	31,15	74	79,39	110,54
mai/03	43	31,15	73	78,32	109,47
jun/03	43	31,15	71	76,17	107,32
jul/03	42	30,43	70	75,10	105,53
ago/03	43	31,15	70	75,10	106,25
set/03	39	28,26	65	69,73	97,99
out/03	40	28,98	66	70,81	99,79
nov/03	41	29,70	66	70,81	100,51
dez/03	41	29,70	68	72,95	102,65
Acumulado:		373,11		900,11	1.273,22
Média	42,9	31,09	69,9	75,01	106,10

Fonte: http://www.capes.gov.br/servicos/indicadores_e_estatisticas/boletim_estatistico/bolsas_no_pais/mensalidades (Tabela 1 – pág.4)

GRÁFICO 14
PEC/PG - Distribuição de Bolsistas Segundo as Regiões do País PEC-PG – 2003



Fonte: http://www.capes.gov.br/servicos/indicadores_e_estatisticas/boletim_estatistico/bolsas_no_pais/mensalidades (Tabela 1 – pág.4)

Destacaram-se os convênios e acordos implementados com a França (Acordo CAPES/COFECUB); com a Alemanha (Programa CAPES/DAAD); com os EUA (Comissão *Fulbright* e Universidade do Texas); com Portugal (ICCTI), além de diversos países latino-americanos. Merece destaque uma nova forma de intercâmbio, iniciada em 2001, que foi a criação de "parcerias universitárias". Foram firmados convênios e iniciados os primeiros projetos com os Estados Unidos, por intermédio do FIPSE (*Fund for Improvement of Post Secondary Education*) e com a Alemanha pelo DAAD (*Deutscher Akademischer Austauschdienst*).

O Programa FIPSE/CAPES contempla o consórcio de instituições, pelo menos duas de cada país que, em conjunto, escolhem uma área acadêmica. Estabelecendo o intercâmbio de discentes de graduação e docentes, pretende-se compatibilizar e aprimorar currículos, tanto na estrutura como nos conteúdos das disciplinas, além da inovação em metodologias de ensino. Em situações especiais, isso poderá conduzir à dupla diplomação do aluno pelas instituições parceiras. Importante é a troca de alunos nos dois sentidos, com reconhecimento recíproco de créditos obtidos, com planos de estudos individuais previamente acordados pelas coordenadorias do consórcio.

Em 2003, foram apresentadas ao Programa FIPSE/CAPES 18 propostas de consórcios, das quais 10 foram selecionadas, com duração de quatro anos, envolvendo, nos dois países (Estados Unidos e Brasil), 41 instituições.

Com a Alemanha, o Programa UNIBRAL (DAAD/CAPES) tem finalidade semelhante, com parcerias de pelo menos uma instituição de cada lado. Das 20 propostas apresentadas em 2003, foram selecionadas 09, que se somaram às 16 já existentes.

Além da troca de alunos e professores, focando especialmente o ensino de graduação, o reconhecimento recíproco de créditos, os seminários paralelos de revisão e modernização curricular e propostas de futura diplomação dupla, já prevista em alguns projetos em andamento, levam à expectativa de uma crescente inserção internacional da universidade brasileira.

Em 2001, teve início o estudo de uma proposta de programa com a França, denominado BRAFITEC, por intermédio da *Conférence des Directeurs d'Écoles et Formations d'Ingénieurs (CDEFI)*, que engloba as Grandes Escolas de Engenharia da França, com o objetivo de formar parcerias semelhantes às dos Estados Unidos e da Alemanha, agora concentradas na área tecnológica através de pequenas redes. Neste programa, pretende-se atingir o estágio de dupla diplomação, já em exercício com algumas escolas de engenharia no país (USP - Politécnica, PUC-Rio, UFRGS - Porto Alegre e UFC - Fortaleza). O programa BRAFITEC/CAPES foi implementado em 2002, tendo sido apresentadas 24 propostas, das quais, 10 foram selecionadas, com duração de quatro anos,

envolvendo 25 instituições nos dois países. Em 2003, foram apresentadas 12 propostas, cuja aprovação, de no máximo 10 projetos deverá ocorrer até março de 2004.

A cada ano deverão ser acrescentados novos projetos aos programas com a previsão de a partir de 2005, estarem em realização simultaneamente, 40 consórcios FIPSE/CAPES com pelo menos 84 parceiros, 50 consórcios UNIBRAL (DAAD/CAPES) com mais ou menos 50 parceiros e 40 consórcios (BRAFITEC/CAPES) com cerca de 40 parceiros de cada país, respectivamente. Como as parcerias nacionais não devem pertencer ao mesmo estado, está-se obtendo uma distribuição regional mais equilibrada que a dos programas habituais da cooperação internacional. Desta forma, quando os três programas estiverem em pleno andamento, cerca de 174 instituições nacionais estarão em intercâmbio continuado com outras tantas estrangeiras.

Também criado em 2002, o Programa CAPG/BA (Centros Associados de Pós-Graduação Brasil e Argentina), financia parcerias universitárias em nível de Pós-Graduação. O referido programa foi implementado em convênio com a SPU (Secretaria de Políticas Universitárias) da Argentina, e em 2003 foram implementados 15 projetos de parcerias. Candidataram-se, para início das atividades em 2004, 05 propostas de parcerias, das quais 03 foram aprovadas.

A maioria dos projetos no âmbito dos programas de Cooperação Internacional, tem os seus custos divididos de maneira equânime entre os países parceiros, permitindo assim a intensificação do intercâmbio nos dois sentidos e o adequado planejamento orçamentário em médio prazo.

As Tabelas 19, 20, 21 e 22 apresentam um resumo das atividades de cooperação internacional com os diversos países conveniados, nos programas de projetos conjuntos, parcerias universitárias e bolsas conveniadas, e sua execução orçamentário-financeira em 2003.

TABELA 19
CGCI - Distribuição dos Gastos por Programa / Projetos Conjuntos – 2003 (R\$)

PROGRAMA	Missões de Estudo	Passagens aéreas ref. Missões de Estudos	Missões de Trabalho (Docentes/diárias)	Passagens aéreas ref. a Missões de Trabalho	Outros Gastos	TOTAL DE GASTOS
COFECUB (França)	5.703.523,68	359.804,41	956.100,00	802.426,84	633,57	7.822.488,50
PROBRAL (Alemanha)	525.552,96	94.338,71	522.162,00	270.600,00	160.000,00	1.572.653,67
GRICES (Portugal)	502.200,00		627.000,00	320.257,00	280.000,00	1.729.457,00
ANTORCHAS (Argentina)			4.275,00	4.162,88	2.000,00	10.437,88
DFG (Alemanha)					160.980,18	160.980,18
CONICYT (Chile)						0,00
MES (Cuba) / Projetos			8.872,00	5.400,00	2.000,00	16.272,00
Univ. La Republica (Uruguai)						0,00
SECyT (Argentina)			251.692,89	87.321,49	28.000,00	367.014,38
Univ. do Texas (EUA)	100.472,00					100.472,00
MECD (Espanha)	462.685,50	45.292,10	470.600,00	132.000,00		1.110.577,60
BAVIERA (Alemanha)	21.800,00	5.057,00	35.100,00	24.750,00	135.804,00	222.511,00
TOTAL	7.316.234,14	504.492,22	2.875.801,89	1.646.918,21	769.417,75	13.112.864,21

Fonte: Relatório de Atividades –2003 – Coordenação-Geral de Cooperação Internacional

TABELA 20
CGCI - Distribuição dos Gastos por Programa / Parcerias Universitárias – 2003 (R\$)

PROGRAMA	Missões de Estudo	Passagens aéreas ref. Missões de Estudos	Missões de Trabalho (Docentes/diárias)	Passagens aéreas ref. a Missões de Trabalho	Outros Gastos	TOTAL DE GASTOS
FIPSE (EUA)	1.290.312,96	512.085,84	148.200,00	99.000,00	108.000,00	2.157.598,80
UNIBRAL (Alemanha)	2.553.787,50	437.302,00	100.500,00	98.100,00	23.381,70	3.213.071,20
Centros Associados CAPG/BA	36.640,53		170.957,52	63.911,07	910,00	272.419,12
BRAFITEC (França)	606.679,08	131.471,52	73.800,00	99.000,00	46.200,00	957.150,60
TOTAL	4.487.420,07	1.080.859,36	493.457,52	360.011,07	178.491,70	6.600.239,72

Fonte: Relatório de Atividades –2003 – Coordenação-Geral de Cooperação Internacional - CGCI

TABELA 21
CGCI - Distribuição dos Gastos por Programa / Bolsas Conveniadas – 2003 (R\$)

PROGRAMA	Missões de Estudo	Passagens aéreas ref. Missões de Estudos	Missões de Trabalho (Docentes/diárias)	Passagens aéreas ref. a Missões de Trabalho	Outros Gastos	TOTAL DE GASTOS
DOUTORADO DAAD (Alemanha)	2.331.277,22	202.557,62				2.533.834,84
Interc. Curta Duração (Alemanha)		90.290,50	129.212,82			219.503,32
FULBRIGHT (EUA)	378.300,00					378.300,00
PEC/PG	1.457.712,83					1.457.712,83
MES (Cuba) / Docentes	150.051,64					150.051,64
Progr. Vilmar Faria (U. Texas)	257.280,00					257.280,00
SPU – Bolsas/Docentes (Argentina)	297.974,09					297.974,09
BIOCIÊNCIAS (Alemanha)			3.434,46			3.434,46
Professor Visitante Estrangeiro (*)	785.281,10	58.837,78				844.118,88
Cátedras Rio Branco (*)	29.000,00					29.000,00
Casa do Brasil					1.050.000,00	1.050.000,00
TOTAL	5.686.876,88	351.685,90	132.647,28	0,00	1.050.000,00	7.221.210,06

Fonte: Relatório de Atividades –2003 – Coordenação-Geral de Cooperação Internacional - CGCI

Obs.: (*) Programa Professor Visitante Estrangeiro e Programa Cátedras Rio Branco - Missões de Estudo correspondem a MENSALIDADES + AUXÍLIO INSTALAÇÃO

TABELA 22
CGCI - Distribuição dos Gastos por Modalidades de Intercâmbio – 2003 (R\$)

Modalidades de intercâmbio	Missões de Estudo	Passagens aéreas ref. Missões de Estudos	Missões de Trabalho (Docentes/diárias)	Passagens aéreas ref. a Missões de Trabalho	Outros Gastos	TOTAL DE GASTOS
Projetos Conjuntos	7.316.234,14	504.492,22	2.875.801,89	1.646.918,21	769.417,75	13.112.864,21
Parcerias Universitárias	4.487.420,07	1.080.859,36	493.457,52	360.011,07	178.491,70	6.600.239,72
Bolsas Conveniadas	5.686.876,88	351.685,90	132.647,28	0,00	1.050.000,00	7.221.210,06
TOTAL GERAL INDIVIDUAL	17.490.531,09	1.937.037,48	3.501.906,69	2.006.929,28	1.997.909,45	26.934.313,99

Fonte: Relatório de Atividades –2003 – Coordenação-Geral de Cooperação Internacional - CGCI

Observações referentes às Tabelas 19 a 22:

a) MISSÕES DE ESTUDO – Correspondem à Bolsa + Auxílio Instalação + Seguro Saúde.

5 - ATIVIDADES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

Durante o exercício de 2003, foram intensificados os trabalhos preparativos para a realização da Avaliação Trienal dos programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* que ocorrerá em 2004.

Seguindo a sistemática estabelecida pelos Conselhos da CAPES em 1998, procedeu-se ao Acompanhamento Anual 2003 referente a 2.715 cursos de pós-graduação, sendo 1.656 de mestrados acadêmicos, 956 de doutorado e 103 de mestrado profissional; foi feita também a avaliação de 444 propostas para a abertura de novos cursos de mestrado e doutorado, sendo recomendados 49 programas de pós-graduação, responsáveis pela oferta de 114 cursos (69 mestrados acadêmicos, 32 doutorados e 13 mestrados profissionais). Este processo foi executado por 44 comissões de avaliação, integradas por aproximadamente 800 consultores, que analisaram cerca de 1.752 programas de pós-graduação do país.

Os resultados deste processo criterioso e sistemático estabeleceram, de forma inicial, as condições para a avaliação de cada programa de Pós-Graduação, que servem de base para o reconhecimento oficial, validando os diplomas de mestrado e doutorado emitidos por instituições brasileiras, bem como fornecem subsídios para a definição da política nacional de desenvolvimento da Pós-Graduação, além de orientar os investimentos governamentais dirigidos a esse nível de ensino. Suas repercussões impulsionam a evolução do Sistema Nacional de Pós-graduação, estimulando os programas a responderem aos desafios impostos pelos avanços da ciência e tecnologia na atualidade.

Foi realizada também em 2003, pelas comissões científicas e de consultores *ad hoc*, a análise do mérito de 8964 de projetos relativos aos programas de fomento.

Ainda neste ano, houve a discussão e a definição da posição desta Fundação sobre os grandes temas relacionados com o futuro do conhecimento, do desenvolvimento da pós-graduação brasileira, da contribuição da pós-graduação para a melhoria da qualificação dos docentes e dos conceitos e mecanismos essenciais para o aprimoramento do sistema de avaliação (programas multidisciplinares, mestrados profissionais, intercâmbio internacional, associações de instituições na oferta da pós-graduação, núcleo de referência docente, "qualis").

Foram investidos, em 2003, R\$ 3.441.625,00 (três milhões e quatrocentos e quarenta e um mil e seiscentos e vinte e cinco reais) nas atividades relacionadas à Avaliação. Tal investimento ocorreu em função da expansão dos programas de pós-graduação visando atender à crescente demanda por cursos de mestrado e doutorado, bem como para gerenciar produtivamente a concessão de bolsas de estudo e de outras formas de

apoio governamental. É importante ressaltar que por determinação legal, a validade dos títulos emitidos pelos programas de pós-graduação em todo o território nacional, está vinculada ao processo de avaliação da CAPES.

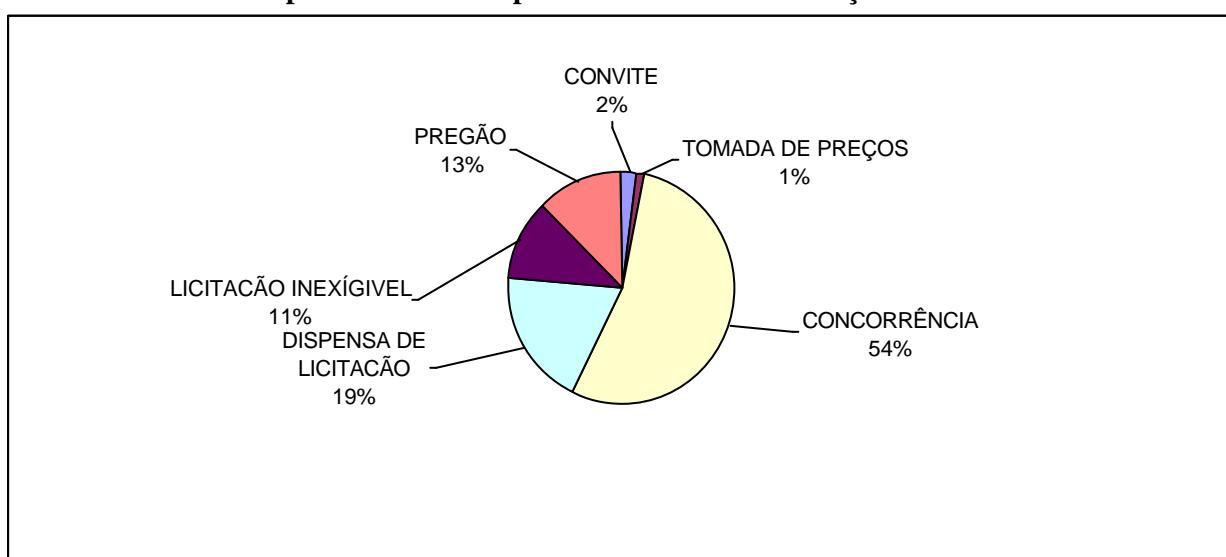
6 - ATIVIDADES DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2003, a Diretoria de Administração da CAPES, além de executar suas atividades rotineiras, procurou cumprir seu papel de coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de Organização e de Modernização Administrativa, de administração dos recursos de Informação e Informática, de Pessoal e de Serviços Gerais, no âmbito desta Fundação.

Durante o exercício, a CAPES realizou vinte e uma licitações. A modalidade carta convite foi a de maior incidência com doze realizações, seguida pela modalidade de pregão, com nove realizações.

O gráfico 15 demonstra que 70% das despesas realizadas pela CAPES foram provenientes de licitações nas modalidades de: concorrência 54%, tomada de preços 1%, convite 2% e pregão 13%. As despesas efetuadas com dispensa de licitação representaram 19%, demonstrando que esta Fundação tem cumprido com os ditames da lei de licitações. Ressalta-se que nestes percentuais estão inclusas algumas despesas de licitações realizadas em exercícios anteriores, cujos contratos ainda estavam vigentes em 2.003, excluídas as despesas com periódicos internacionais.

GRÁFICO 15
Despesas Realizadas por Modalidade de Licitação - 2003



Fonte: Siafi 2003

Mantendo a tradição da CAPES, a Diretoria de Administração esteve sempre empenhada na busca de maior racionalização e redução dos custos

administrativos, sem prejuízo da qualidade e eficiência dos serviços prestados.

A maior economia obtida no exercício de 2003 foi, sem dúvida, a negociação do Portal Periódico da CAPES citado no capítulo 3.3.3. Tal economia não seria alcançada, se não fosse a decisão da Administração da CAPES de constituir a Comissão de Negociação, com participação da comunidade, que teve papel importantíssimo nos resultados alcançados.

Nas despesas administrativas normais, pode-se constatar que a CAPES tem obtido bons resultados, em relação ao mercado, por meio da adoção mais presente na realização de pregão presencial, além de buscar sempre negociar contratos para obter melhores condições de preços, do qual citamos como exemplo o contrato de fornecimento de água mineral.

Outro fato que cabe destacar é a contratação e aquisição de novo sistema patrimonial que tem como benefício, melhor controle na movimentação dos bens da CAPES. Por ser um *software* mais avançado, do que aquele utilizado no passado, terá melhor visibilidade e agilidade na elaboração de relatórios.

Ao longo deste exercício, a CAPES teve de assinar dois contratos emergenciais, uma vez que os contratados não cumpriram com suas obrigações: a empresa de turismo (passagens aéreas) e a de vigilância. Em ambos os casos os contratos emergenciais tiveram os mesmos preços e condições que os praticados nos contratos anteriores, sem prejuízo no andamento desses serviços. As licitações serão realizadas no próximo exercício.

Várias atividades foram desenvolvidas buscando-se maior eficiência, e economia de recursos públicos. Dentre estas se destaca a organização dos assentamentos funcionais dos servidores, bem como a revisão das suas atribuições e responsabilidades. Ressalta-se, ainda, a pesquisa para o aperfeiçoamento do Plano de Assistência aos Servidores da CAPES - PASC e o desenvolvimento de um sistema de informações que permitirá a emissão de relatórios gerenciais sobre a gestão de pessoal da CAPES.

O quadro de pessoal da CAPES pode ser dividido em dois grupos: servidores públicos e prestadores de serviço. Os servidores públicos compreendem: as pessoas pertencentes ao quadro funcional (ativos permanentes), as pessoas de outros órgãos públicos, requisitadas para o exercício de função ou não, e as pessoas sem vínculo com o serviço público, mas que exercem cargos de confiança. Os prestadores de serviço compreendem os funcionários de outras empresas, terceirizados, que exercem atividades nas seguintes áreas: informática, administrativa, segurança, vigilância e transporte.

Na Tabela 23, pode-se observar a distribuição, em dezembro, do quadro de servidores públicos por unidade administrativa da CAPES. Do total de cento e quarenta e sete servidores, cento e vinte e dois são ativos permanentes. Cabe mostrar, ainda, a existência de dezenove servidores de outros órgãos públicos, principalmente do MEC e da Universidade de Brasília, requisitados sem função à época de criação desta Fundação, além de seis servidores que exercem cargos gratificados - função sem vínculo.

TABELA 23
Distribuição de servidores em exercício na CAPES, por qualificação, em dezembro de 2003

UNIDADE	Servidor				Requisitados				Função sem Vínculo	TOTAL
	Aux.	Med.	Sup.	Total	Aux.	Méd.	Sup.	Total		
PRESIDÊNCIA	0	2	15	17	0	3	4	7	2	26
DIRETORIA DE PROGRAMAS	1	18	31	50	1	3	5	9	1	60
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO	0	2	14	16	0	0	0	0	2	18
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	2	22	15	39	1	2	0	3	1	43
TOTAL GERAL	3	44	75	122	2	8	9	19	6	147

Fonte: CRH/CAPES (Relatório de Atividades – 2003)

Na Tabela 24, encontra-se representada a distribuição dos prestadores de serviço. Observa-se que as maiores fornecedoras de mão-de-obra são a Dinâmica e a Poliedro, que colocam à disposição dessa Fundação cento e seis funcionários, responsáveis por auxílio às atividades administrativas e de informática. A empresa Brisa concentra suas atividades na área de informática, alocando seus vinte e seis funcionários especificamente na Coordenação Geral de Informática - CGIN.

TABELA 24
Distribuição de prestadores de serviço na CAPES, por empresa, contratada, em dezembro de 2003

UNIDADE	POLIEDRO		DINÂMICA	BRISA		LM Copiadora	ZEPIN Segurança	Total
	Fixo	Eventual		Méd.	Sup.			
PRESIDÊNCIA	5	0	16	0	0	0	0	21
DIRETORIA DE PROGRAMAS	13	0	21	0	0	0	0	34
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO	10	1	7	0	0	0	0	18
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	14	1	18	14	12	1	5	65
TOTAL GERAL	42	2	62	14	12	1	5	138

Fonte: CAD/CRH/CAPES (Relatório de Atividades – 2003)

Em termos comparativos, a Tabela 25 demonstra que, no total, 52% do pessoal da CAPES é composto por servidores públicos, contra 48% de mão-de-obra terceirizada.

TABELA 25
Distribuição total de pessoal da CAPES, por unidades, em dezembro de 2003

UNIDADE	Servidores		Prestadores		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PRESIDÊNCIA	26	55	21	45	47	100
DIRETORIA DE PROGRAMAS	60	64	34	36	94	100
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO	18	50	18	50	36	100
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	43	40	65	60	108	100
TOTAL GERAL	147	52	138	48	285	100

Fonte: CAD/CRH/CAPES (Relatório de Atividades – 2003)

A CAPES conta ainda, com quatro servidores afastados, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, dois afastados com remuneração, para conclusão de curso de pós-graduação *stricto sensu*, e onze cedidos a outros órgãos do Poder Executivo Federal. Esses servidores não foram considerados nas distribuições constantes nas Tabelas 23 e 25.

Em 2003, ocorreram noventa e nove participações de servidores em programas de capacitação, conforme dados apresentados na Tabela 26. Verifica-se que ocorreu um aumento na participação dos servidores nos cursos de língua estrangeira, principalmente de língua inglesa, mas o aumento mais significativo aconteceu nos cursos de aperfeiçoamento, notadamente no curso sobre Celebração, Execução e Prestação de Contas de Convênios realizado na própria CAPES, que contou com a participação de cerca de 33 participantes.

TABELA 26
Evolução da participação de servidores da CAPES em programas de capacitação

CURSOS	2001	2002	2003
Aperfeiçoamento	33	10	43
Língua Estrangeira	26	30	44
Graduação	0	4	5
Especialização	4	4	1
Mestrado	3	3	5
Doutorado	2	3	1
TOTAL	68	54	99

Fonte: CAD/CRH/CAPES (Relatório de Atividades – 2003)

Na Tabela 27, pode-se observar que o total de recursos para a capacitação de pessoal, permaneceu praticamente constante entre 2001 e 2002 e sofreu um acréscimo em 2003, em virtude do aumento das atividades de capacitação de pessoal. Evidencia-se, pois, o incremento de investimentos para a formação básica de servidores, por meio de cursos de

línguas e aperfeiçoamento, bem como um aumento nos investimentos na graduação de servidores.

TABELA 27
Evolução da Participação de Servidores da CAPES em Programas de Capacitação

CURSOS	2001	2002	2003
Aperfeiçoamento	23.189,00	4.766,00	9.688,00
Língua Estrangeira	26.282,95	37.120,00	48.310,00
Graduação	-	1.391,42	6.378,31
Especialização	20.995,50	6.388,90	11.500,00
Mestrado	-	-	5.796,16
Doutorado	-	21.744,98	21.744,98
TOTAL	70.467,45	71.411,30	103.417,45

Fonte: CAD/CRH/CAPES (Relatório de Atividades – 2003)

No exercício de 2003, as despesas com salários, auxílios e direitos de servidores ativos, inativos e pensionistas da CAPES, excluídos os salários dos requisitados de outras organizações, totalizaram R\$ 11.554.341,66 (onze milhões, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, trezentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos). Na Tabela 28, observa-se que esse total representa um acréscimo de 8,2%, em relação ao ano 2002, em virtude do ingresso de novos servidores e do reajuste no percentual da GDACT (de 15%, nos níveis médio e auxiliar, e de 35% no nível superior para 40%, nos três níveis, sobre o vencimento básico), acontecido no mês de dezembro.

TABELA 28
Evolução das despesas com servidores da CAPES em 2003

RUBRICA	2001	2002	2003
Serv. Ativos, Inativos e Pensionistas	9.793.303,85	9.938.958,00	10.885.988,89
Passivo 3,17%	0,00	25.427,26	49.641,65
Administrativo 28,86%	139.078,69	108.874,00	145.017,49
Auxílio Creche	52.155,00	38.095,00	32.490,00
Auxílio Transporte	39.837,56	40.118,47	82.874,50
Auxílio Alimentação	91.992,56	190.749,07	203.909,49
Precatório	0,00	10.817,38	00
ATS-Resolução N° 35/SF	0,00	343.844,98	00
Exercícios Anteriores	220.900,32		152.417,00
Devolução PSS	106.931,00		00
TOTAL	10.444.198,98	10.675.975,32	11.554.341,66

Fonte: PAG/CRH/CAPES - (Relatório de Atividades – 2003)

A Tabela 29 registra que o número e a composição de atendimentos em programas assistenciais da CAPES durante 2002, onde o programa mais procurado é o de Assistência Médica, o qual representa 82,6% dos atendimentos. Em segundo lugar, encontra-se o Programa de Assistência Farmacêutica, com apenas 10,2% dos atendimentos registrados.

TABELA 29
Evolução do Atendimento em Programas Assistenciais aos Servidores da CAPES

ANO	2001	2002	2003
Assistência Médica	4544	5327	4.280
Assistência Odontológica	77	238	285
Assistência Farmacêutica	552	553	530
UTI Vida	66	82	84
TOTAL	5239	6200	5.179

Fonte: DBPA/CRH/CAPES (**Relatório de Atividades – 2003**)

Das expressivas ações realizadas no exercício de 2003, pode-se destacar na área de informática:

- a) o gerenciamento e a manutenção da infra-estrutura da rede CAPES;
- b) o desenvolvimento e a manutenção dos sistemas informatizados e a prestação do suporte aos usuários internos e externos da Instituição;
- c) implantação da política de controle dos recursos instalados nas estações de trabalho, visando criar padrões de uso, evitando-se também, alterações indevidas por parte dos usuários da CAPES;
- d) aquisição de um sistema de energia ininterrupta (*No-Break*) fazendo com que a CAPES tenha o menor tempo de parada em seus sistemas e serviços. Valor da aquisição: R\$ 146.855,09;
- e) aquisição de um novo servidor de banco de dados e de arquivo, com a finalidade de melhor atender às demandas de rapidez, confiabilidade e espaço de armazenamento. Valor da aquisição: R\$ 1.390.442,00;
- f) revisão de política de backup, permitindo maior segurança dos dados e agilidade na recuperação;
- e) compra e instalação de dez novas impressoras de grande porte, com capacidade de impressão de trinta e cinco páginas por minuto, visando aumentar a capacidade de impressão. Valor da aquisição: R\$ 74.800,00;
- f) aquisição e instalação de programa gerenciador de impressão, visando o controle de necessidade de cada setor;
- g) desenvolvimento e implantação do sistema *Chronos*, que possibilita a automatização dos procedimentos relacionados à avaliação dos programas de Pós-Graduação da CAPES gerando agilidade, segurança nos procedimentos e controle das diferentes etapas de produção;
- h) Homologação do sistema COLETA/SNPG Java, que permite independência do sistema operacional dentro da proposta de software livre junto aos programas de Pós-Graduação e na própria área de informática da CAPES;

- j) desenvolvimento e implantação do site de periódicos permitindo fluidez, facilidade e rapidez na pesquisa dos periódicos disponibilizados pelos parceiros da CAPES; e
- k) manutenção do sistema de convênios para operação do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), garantindo a uniformização dos procedimentos de pagamento, facilitando a elaboração de relatórios e alimentando com dados o Boletim Estatístico desta Fundação.

Com relação à gestão e à manutenção da página da CAPES, destaca-se que é crescente a procura pela informação disponível no domínio da CAPES, e isto fez com que um número cada vez maior de consultas ocorresse, tanto ao webmaster quanto aos setores diretamente envolvidos na implementação de programas e na avaliação da Pós-Graduação.

6.1 - Convênios, Acordos e Ajustes

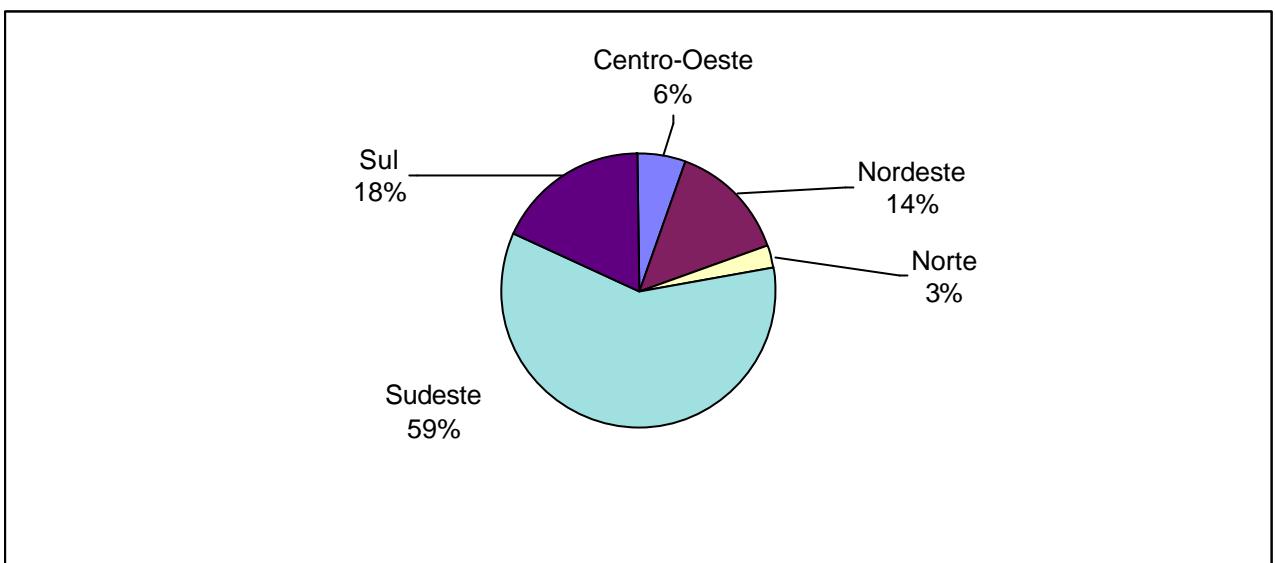
6.1.1 – Liberações

Para a consecução de seus objetivos, a CAPES utiliza duas modalidades de movimentação de recursos através da celebração de convênios: 1) descentralização para atender as IES denominadas Unidades Gestoras; 2) transferências para as IES não integrantes do SIAFI. No caso de apoios concedidos a pesquisadores, as transferências ocorrem por meio da assinatura de Termo de Concessão de Auxílio a Pesquisador.

Em 2003, estavam em andamento 2.611 convênios/auxílios , dos quais 1.222 foram oriundos de convênios com instituições públicas e privadas para o atendimento aos programas de bolsa de estudo e de fomento destinados à Pós-Graduação, o que representou 47% do total de termos ativos. Os restantes, totalizando 1.389, foram na forma de Auxílios a Pesquisadores, para atender projetos de Cooperação Internacional (missões internacionais), PROCAD, PQI, PRODOC, (PAEP, PAEX, Santiago Dantas, PAPED, entre outros) o que representou 53% do total.

De acordo com os dados do SIAFI, foram liberados R\$ 452.160.892,17(quatrocentos e cinqüenta e dois milhões, cento e sessenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e dezessete centavos), atendendo as demandas da Pós-Graduação em todo o território nacional. A Região com maior percentual de benefícios recebidos foi a Sudeste, com 59% do total dos recursos repassados, conforme o gráfico a seguir

GRÁFICO 16
Recursos Repassados Mediante Convênios, Por Região – 2003



Fonte: Siafi 2003, débito ano, conta contábil 199620400

6.1.2 – PRESTAÇÕES DE CONTAS

Dos 2.321 registros inscritos na conta contábil “a comprovar”, foram comprovados 1.928. Cabe ressaltar que pela norma de encerramento do exercício, os convênios cujas vigências tenham expirado em 31/12/2003, podem apresentar suas prestações de contas até 28/02/2004.

A título de registro, foram aprovadas 866 prestações de contas, no exercício de 2003, devidamente analisadas pelas áreas técnica, financeira e contábil, restando 355 registros de prestações de contas em fase de análise para o exercício seguinte.

Houve 873 diligências expedidas com a finalidade de solicitar justificativas e/ou complementação de informações, sendo 704 atendidas, o que representou cerca de 88%. O restante será objeto de acompanhamento para o próximo exercício.

Os casos de inadimplência totalizaram 235 registros em 2003, sendo que 178 foram atendidos, restando 57 casos para diligências. A maioria dos casos registrados em situação de inadimplência foi resolvida, tendo as instituições sanado as prestações de contas e/ou apresentado as devidas justificativas.

No caso de pendências, a CAPES tomou as medidas cabíveis em cada caso notificando os interessados para que apresentassem as respectivas prestações de contas, sob pena de instaurada a correspondente Tomada de Contas Especial.

Durante o exercício de 2003 a Diretoria de Programas da CAPES desenvolveu um trabalho conjunto com a Coordenação de Orçamento e Finanças/Divisão de Controle e Análise de Prestação de Contas - COF/DCPC, no sentido de promover o acompanhamento e gestão dos programas de suas Coordenações. Essas atividades tiveram caráter instrutivo e fiscalizador sobre aspectos de gestão, acompanhamento e controle dos diversos convênios firmados para o desenvolvimento dos programas de fomento e de bolsas. Foram desenvolvidas atividades em todas as regiões do país, sob a forma de seminários e reuniões nas Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação.

6.1.3 – CONVÊNIOS DE RECEITA

Foram celebrados cinco convênios, que permitiram a entrada de recursos no valor total de R\$ 7.875.727,00 (sete milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, setecentos e vinte e sete reais), acrescido dos valores do Programa de Apoio à Pesquisa em Educação à Distância - PAPED (contrato ED 14056/02) para reforço nas dotações da CAPES, conforme Tabela 3, item 2, deste relatório.

Em relação aos demais convênios, a CAPES, por meio do PAPED deu continuidade à execução das ações de apoio financeiro para a realização de teses e dissertações em educação à distância, tendo recebido e executado o montante de R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais). Acrescentando-se a contrapartida do executor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), as aplicações totalizaram R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) no exercício.

O outro programa advindo da Secretaria de Ensino Superior compreende o pagamento de bolsa de estudo aos tutores do Programa Especial de Treinamento – PET, no qual foram beneficiados 325 bolsistas de 62 Instituições de Ensino Superior com um gasto total de R\$ 2.572.081,50 (dois milhões, quinhentos e setenta e dois mil, oitenta e um reais e cinqüenta centavos).

6.2 - Elaboração do Plano Plurianual – PPA (2004-2007)

O re-ordenamento da atuação governamental sob a forma de programas, agregando por objetivos, projetos, atividades e demais ações de Governo, tem por finalidade melhorar os resultados da Administração e dar maior transparência à aplicação dos recursos públicos. Destina-se ainda, a possibilitar a integração e a compatibilização dos instrumentos básicos de planejamento e orçamento: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei do Orçamento Anual – LOA.

O Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual 2004-2007, denominado SIGPlan, tem por finalidade constituir uma rede de informações interligando entidades responsáveis pelos programas e os órgãos do Sistema Federal de Planejamento, para apoiar a preparação, elaboração, implantação, execução e avaliação do Plano Plurianual.

Em 2003, quando da elaboração do PPA 2004-2007, a CAPES constituiu uma Comissão para elaborá-lo e mudou a sistemática que norteava o seu planejamento orçamentário até o PPA 2000-2003, no qual mais de 80% do orçamento desta Fundação encontrava-se localizado na ação 0487.0001 - Concessão de Bolsas de Pós-Graduação no País e no Exterior. Esta grande ação englobava, as despesas com: bolsas de estudo no país e exterior, taxas escolares no país e exterior, passagens (aéreas) para bolsista no exterior e consultores no país, auxílio (financeiro) para pesquisadores e outras despesas necessárias ao desenvolvimento da pós-graduação nacional.

Dessa forma, concluiu-se que a ação mencionada não deixava claro o quanto se alocava na formação de pós-graduandos no país, em comparação com a do exterior, tão pouco o volume de investimentos em Projetos Especiais, Desenvolvimento de atividades de Cooperação Internacional e de Qualificação de Docentes em nível de pós-graduação. Além disso, não permitia um desdobramento das metas físicas, já que considerava um único item (bolsista atendido) ao invés de considerar, por exemplo, professores em formação/aperfeiçoamento, pesquisadores em cooperação, bolsistas participantes de projetos especiais, etc.

Nesse sentido, ao invés de manter uma ação englobando mais de 80% do orçamento, resolveu-se desdobrá-la em 5 (cinco) ações: 0487 - Concessão e manutenção de bolsas para a formação de recursos humanos de alto nível no país; 0935 - Concessão e manutenção de bolsas para a formação de recursos humanos de alto nível no exterior; 6315 - Qualificação de docentes em nível de pós-graduação; 6313 - Fomento a projetos especiais para o ensino de pós-graduação, da ciência e da tecnologia; 6422 - Fomento ao desenvolvimento de atividade de cooperação internacional. As ações foram alocadas de acordo com as metas a serem atingidas em três programas: 1062 - Democratizando o acesso à educação profissional, tecnológica e universitária; 1072 - Valorização e formação dos professores e 1073 - Universidade do Século XXI.

No entanto, ainda no final de 2003 e começo de 2004, percebeu-se algumas dificuldades na execução orçamentária para o primeiro ano do quadriênio que ora se iniciava e também, no Projeto de Lei que institui o referido plano, contempla em seu Art. 5º “a alteração ou a exclusão de programa constante no PPA, assim como a inclusão de novo programa...”, constante da proposta do Poder Executivo, por meio de projeto de lei específico.

Diante do exposto e em conformidade com a norma legal, a CAPES realizará uma revisão do PPA 2005-2007 referente as suas ações e programas sob a coordenação da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO do MEC, procurando adequá-lo a realidade de ação programática, dando maior transparência e eficácia em sua execução.

7 - ATIVIDADES DE AUDITORIA

7.1 - Diligências de Controle Interno e Externo

A CAPES recebeu, no exercício de 2003 duas diligências do Tribunal de Contas da União, relacionadas a seguir:

Ofício 088/2003, de 11/03/2003, da 6ª SECEX, que trata do processo TC N° 005.061/2002-5, onde o Egrégio Tribunal recomendou que a CAPES se abstivesse da concessão de bolsa sem o estabelecimento da contraprestação devida pelo recebimento do benefício, bem como fizesse constar nos regulamento de concessão de bolsas, as condições objetivas para a distribuição e manutenção do benefício, evitando-se com isto problemas como o ocorrido com o extinto Programa de Apoio aos Professores de 1º e 2º Graus – PAP (das Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Colégios de Aplicação vinculados ao MEC). A Presidência da CAPES orientou a todas as áreas que atendessem à determinação, salientando que todos os regulamentos de concessão de bolsa passassem a atender a essa exigência.

Ofício 635/2003, de 17/03/2003, da 3^a DT SEFIP, relativo ao processo TC N° 002.722/2001-3, no qual foi solicitada a documentação a respeito de concessão de vantagem pessoal de sentença judicial de alguns funcionários da CAPES, respondido por meio do ofício CAPES 33/2003 com os esclarecimentos requeridos.

A respeito das diligências da SFC/CGU, com a nova sistemática adotada para a análise e discussão do relatório de auditoria da gestão de 2002, com a apresentação ao gestor depois da entrega da prestação de contas ao Tribunal de Contas da União e, posteriormente, emissão de nota técnica, das justificativas apresentadas pelo gestor, alguns assuntos ficaram pendentes de solução, haja vista que o resultado da nota técnica só foi conhecido no final de dezembro de 2003, razão pela qual as ações corretivas serão objeto de implementação no exercício de 2004.

Vale ressaltar que, por meio do Ofício 6373/ DSEDU/DS/SFC/CGU-PR, foram solicitadas informações a respeito do Programa Demanda Social da Universidade de Brasília, como base para que a SFC pudesse efetuar auditoria naquela instituição, demonstrando a parceria existente entre a CAPES e os órgãos de controle.

7.2 - Processos Administrativos Disciplinares, Tomadas de Contas Especial e de Sindicância.

Não houve processos administrativos disciplinares e nem tão pouco sindicância no exercício de 2003 Entretanto, foram abertos dois processos de tomadas de contas especiais, registrados em 2003 e encaminhados para a Secretaria Federal de Controle - SFC.

O saldo da conta contábil "diversos responsáveis" constante na unidade gestora 154003 (Fundação CAPES - País), demonstra 17 casos de Tomada de Contas Especial, registrados na contabilidade, conforme a Tabela 30:

TABELA 30
CONTA - Diversos Responsáveis Unidade Gestora 154 003 (CAPES – País)
(Valores em R\$)

Ano	CPF	NOME	Saldo 2002	Registrado 2003
2002	01636544762	SYLVIE ANNA VERONIQUE PENICHON	224.257,07	
2002	05584216879	CLAUDIA ROCHA DE ALMEIDA	118.359,59	
2002	07902383813	DIONIZIO PASCHOARELI JUNIOR	6.824,80	
2002	09013555349	VICENTE DE PAULO CASTRO TEIXEIRA	16.626,19	
2002	18672310420	ISAAC BOTLER	167.025,72	
2002	23869267100	WILSON BRASILIENSE HOLANDA CAVALCA	93.215,82	
2002	45895600620	JOSE MARCIAL SOARES MAGALHAES	49.897,43	
2002	54551803472	JESSICA BARROS DE SA	125.422,51	
2002	61376159600	IARA FERREIRA CHAVES	102.584,14	
2002	91351995715	ALEXANDRE JOSE REIS SANTORO	597.234,89	
2002	94229015704	CHRISTINE SILVEIRA ABDALLA	39.082,47	
2002	98720635753	ANDRE FELMAN DA CUNHA REGO	226.316,19	
2003	08326932604	MARIA INES GUIMARAES PORTUGAL		189.967,85
1992	PF1701469	BASÍLIO SILVA PASSOS	7,70	
1994	PF1701937	MARIA C.A. ARAÚJO	1.404,86	
1998	14635593487	ROBERTO GERMANO COSTA	7.490,19	
1998	29141451953	ALTIR PEDRO GOEDERT	33.201,80	
TOTAIS			1.808.951,37	189.967,85

Fonte: Siafi 2003, UG 154003 (País)

Os ex-bolsistas beneficiados com bolsas de estudo no exterior que abandonaram seus estudos ou que, mesmo tendo concluído, não cumpriram com suas obrigações de retorno e permanência no Brasil, são compelidos, inicialmente, a cumprir com suas obrigações. Se houver recusa, nesse sentido, é efetuada a cobrança dos valores neles investidos que podem ser devolvidos de uma só vez ou mediante parcelamento.

Pode-se verificar, na Tabela 31, que em 2003 a CAPES recebeu a devolução de US\$ 132,382.12 (cento e trinta e dois mil, trezentos e oitenta e dois dólares americanos e doze centavos) provenientes dos acordos firmados com os ex-bolsistas. O processo de Francisco Mariano da Rocha, embora conste na UG 154004, foi objeto de Tomada de Contas Especial encaminhada ao TCU.

TABELA 31
CONTA - Diversos Responsáveis Unidade Gestora 154 004 (CAPES – Exterior)

ANO	NOME	Saldo 2002	Registrado 2003	Recebido 2003	(Valores em US\$)
					Saldo Final 2003
2000	ANDRE VICENTE RITTER	35.911,67	-	20.544,34	15.367,33
2001	CRISTINE SCHONEWEG	37.089,64	-	6.888,18	30.201,46
2001	CESAR AUGUSTO RORATO CRUSIUS	88.408,52	-	30.603,06	57.805,46
2001	FERNANDA ROCHA DARZE	40.191,00	-	8.775,00	31.416,00
2002	MARCELO JOVITA MOREIRA	80.031,48	-	6.959,26	73.072,22
2002	ORLANDO LOPES LEGNAME	63.205,84	-	4.359,00	58.846,84
2002	CLAUDIO SIMON	39.667,12	-	7.000,08	32.667,04
2002	RENATO JANSEN DE OLIVEIRA FI	93.988,00	-	4.800,00	89.188,00
2002	JUGURTA ROSA MONTALVAO FILHO	3.690,00	-	1.230,00	2.460,00
2002	JOSE CARLOS DA ROCHA CASTELA	82.769,00	-	12.350,00	70.419,00
2002	CAMILLA BUSTANI	54.485,00	-	7.491,00	46.994,00
2003	ANA LUIZA PIATTI	-	38.882,88	-	38.882,88
2003	MARLON CEZAR REBELATTO	-	52.448,00	8.742,00	43.706,00
2003	VANESSA MAZIERO BARBOSA	-	57.146,00	9.146,00	48.000,00
2003	FRANCISCO MARIANO DA ROCHA D	-	60.084,67	-	60.084,67
2003	CARLOS HENRIQUE TAVARES CORR	-	28.000,00	3.494,20	24.505,80
TOTAL				132.382,12	723.616,70

Fonte: Siafi 2003, UG 154004 (Exterior) em US\$

Para finalizar, ressalte-se o apoio da Secretaria Federal de Controle Interno e da 6^a SECEX do Tribunal de Contas da União, que têm contribuído, por meio de orientações legais e administrativas, para o êxito de todas as atividades.

Brasília, em 06 de Maio de 2004.

JORGE DE ALMEIDA GUIMARÃES
Presidente

GEOVÁ PARENTE FARIAS
Auditor-Chefe

MARIA LÚCIA DE MELO AMORIM
Chefe da Divisão de Contabilidade
CRC-DF 014358/0-8

MARIA HELENA RIBEIRO MAIER
Diretora de Administração

LUCY ANNE VIEIRA DE OLIVEIRA
Coordenadora de Orçamento e Finanças